LEI Nº 2.306, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1996.

"Altera dispositivos da Lei Municipal Nº 2.302, de 15 de dezembro de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 3º e seus parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei Municipal nº 2.302, de 15 de dezembro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 3º - Para funcionamento do estabelecimento de ensino ora instituído serão aproveitadas as funções-atividades abaixo relacionadas, já constantes do Quadro Permanente da Municipalidade:

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA
02	DIRETOR DE EMEIPG	"36"
01	COORDENADOR PEDAGÓGICO	"33"
01	PSICÓLOGO	"33"
01	SECRETÁRIO DE ESCOLA	"30"
01	AGENTE ADMINISTRATIVO	"26"
06	PROFESSOR	"26"
02	INSPETOR DE ALUNO	"11"
02	AUXILIAR GERAL	"08"
02	MERENDEIRA	"08"

§ 1º - A carga horária dos servidores das funções-atividades descritas neste artigo será a seguinte:

I - Professor: 20 horas semanais;
II - Diretor de EMEIPG: 40 horas semanais;
III - Coordenador Pedagógico: 40 horas semanais;
IV - Psicólogo: 20 horas semanais;
V - Secretário de Escola: 40 horas semanais;
VI - Agente Administrativo: 40 horas semanais;
VII - Inspetor de Aluno: 40 horas semanais;
VIII - Auxiliar Geral: 40 horas semanais;
IX - Merendeira: 40 horas semanais.

(Cont. da Lei nº 2.306/96). fls.02.

§ 2º - Para atender ao disposto neste artigo, serão transformadas funções-atividades já existentes no Quadro Permanente da Municipalidade conforme segue:

I - DE:

Diretor de EMEI's (confiança) - 2 vagas - Referência "31".

PARA:

Diretor de EMEIPG (confiança) - 1 vaga - Referência "36".

Coordenador Pedagógico (confiança) - 1 vaga - Referência "33";

II - DE:

Diretor de EMEI's - 1 vaga - Referência "31".

PARA:

Diretor de EMEIPG - 1 vaga - Referência "36";

III - DE:

Inspetor de Serviços de Carpintaria - 1 vaga - Referência "27".

PARA:

Secretário de Escola - 1 vaga - Referência "30".

§ 3º - Uma função-atividade de Diretor de Escola e a de Coordenador Pedagógico, ambas constantes do inciso I do parágrafo anterior, serão de confiança e de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal, sendo obrigatória a formação em Curso Superior de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar para ocupá-las."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 07 de fevereiro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

(Cont. da Lei nº 2.306/96). fls.03.

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 07 de fevereiro de 1996.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)
RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - TEL.: (0122) 72-1411 - FAX 72-2413 - S. P.

LEI Nº 2.307, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1996.

"Dá nova redação aos parágrafos 1º e 3º do Inciso VII do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os parágrafos 1º e 3º do Inciso VII do artigo 82 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1.991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 82 - ...

VII - ...

§ 1º - Os prestadores de serviços especificados nos ítens 1, 4, 7, 24, 49, 51, 87, 88, 89, 90 e 91 da Lista de Serviços, pagarão o imposto anualmente, calculado com a aplicação da alíquota de 50% (cincoenta por cento) sobre a base de cálculo equivalente a 23,46 (vinte e três vírgula quarenta e seis) Unidades Fiscais de Referência - UFIRS, vigente à época do lançamento.

§ 3º - Em qualquer caso em que o serviço seja prestado, comprovadamente, sob a forma de trabalho exclusivamente pessoal do próprio contribuinte, independentemente de ter ou não formação técnica, científica ou artística especializada, com atuação profissional autônoma, o imposto será pago, anualmente, calculado com aplicação da alíquota sobre a base de cálculo equivalente a 23,46 (vinte e três vírgula quarenta e seis) Unidades Fiscais de Referência - UFIRS, na forma do parágrafo 1º deste artigo.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 1996.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 07 de fevereiro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

(Cont. da Lei nº 2.307/96). fls.02.

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 07 de fevereiro de 1996.

Silvana Tori Righeti
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.308, DE 07 DE FEVEREIRO DE 1996.

"Dá nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 2.301, de 15 de dezembro de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - No artigo 3º e seu § 1º, da Lei Municipal nº 2.301, de 15 de dezembro de 1995, respectivamente:

ONDE SE LÊ

ARTIGO 3º - ...

ASSESSORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

04000000.00	Agricultura.	
04070000.00	Administração.	
04070210.00	Administração Geral.	
04070212.00	Manutenção das Atividades da Assessoria.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....R$	65.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....R$	65.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....R$	57.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....R$	57.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....R$	5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....R$	3.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....R$	1.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....R$	2.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....R$	5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....R$	5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....R$	5.000,00

§ 1º - ...

9.	Encargos Gerais do Município	
9.1	Despesas Gerais da Administração	
99999992.00	Reserva de Contingência.	
9.0.0.0	Reserva de Contingência.....(-)R$	70.000,00
9.9.0.0	Reserva de Contingência.....(-)R$	70.000,00
9.9.9.0	Reserva de Contingência.....(-)R$	70.000,00
9.9.9.9	Reserva de Contingência.....(-)R$	70.000,00

(Cont. da Lei nº 2.308/96). fls.02.

LEIA SE

ARTIGO 3º - ...

ASSESSORIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

2.	Gabinete do Prefeito	
2.1.2	Assessoria de Agricultura e Abastecimento.	
04000000.00	Agricultura.	
04070000.00	Administração.	
04070210.00	Administração Geral.	
04070212.00	Manutenção das Atividades da Assessoria.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....R$	65.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....R$	65.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....R$	57.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....R$	57.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....R$	5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....R$	3.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....R$	1.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....R$	2.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....R$	5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....R$	5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.....R$	5.000,00

§ 1º - ...

9.	Encargos Gerais do Município	
9.1	Despesas Gerais da Administração	
99999992.69	Reserva de Contingência.	
9.0.0.0	Reserva de Contingência.....(-)R$	70.000,00
9.9.0.0	Reserva de Contingência.....(-)R$	70.000,00
9.9.9.0	Reserva de Contingência.....(-)R$	70.000,00
9.9.9.9	Reserva de Contingência.....(-)R$	70.000,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de dezembro de 1995.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 07 de fevereiro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira

Prefeito Municipal

(Cont. da Lei nº 2.308/96). fls.03.

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 07 de fevereiro de 1996.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.309, DE 04 DE MARÇO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Criança, Família e Bem-Estar Social."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Criança, Família e Bem-Estar Social, objetivando a prestação de atendimento a grupos da população com problemática específica.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a que se refere o presente artigo deverá ser firmado nos termos da minuta anexa, que rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 04 de março de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 04 de março de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

MINUTA DE CONVÊNIO

TÊRMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DA CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL E O MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ-SP., OBJETIVANDO ATENDIMENTO A GRUPOS DA POPULAÇÃO COM PROBLEMÁTICA ESPECÍFICA, MEDIANTE O ESTABELECIMENTO DE COOPERAÇÃO TÊCNICA E FINANCEIRA.

DOS PARTÍCIPES

O Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social, com sede à Rua Bela Cintra, nº 1.032, na Capital de São Paulo, inscrita no CGC/MF sob o nº 69.122.893/002-25, representada, neste ato, por sua titular, Doutora Marta Terezinha Godinho, devidamente autorizada pelo Governador do Estado, nos termos do Decreto nº 40.608, de 29 de dezembro de 1995, doravante designada simplesmente SECRETARIA e, de outro lado, o Município de Tremembé, com sede à Rua Sete de Setembro, nº 701, Centro, inscrito no CGC/MF sob o nº 46.638.714/0001-20, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Antonio Carlos Ferreira, portador da Cédula de Identidade nº 8.751.013 e CPF nº 788.876.828-87, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº2.309 , de 04 de março de 1996 , doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, com a finalidade de se executar o convênio de nº 26/95, celebrado entre o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social e a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social, em decorrência da Portaria do Ministério da Previdência e Assistência Social de nº 2.793, de 20.11.95 e obedecendo aos termos da Lei Federal nº 8.069, de 13 de junho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, ao disposto na Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, aos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.833, de 08 de junho de 1994 e, ainda, em consonância com o Plano de Trabalho, elaborado nos moldes das disposições contidas no artigo 116, parágrafo 1º deste último diploma legal, apresentado pelo MUNICÍPIO, analisado e aprovado pela SECRETARIA e parte integrante do presente ajuste, celebram o presente

convênio, ficando a execução deste condicionada à execução daquele supramencionado de nº 26/95, celebrado entre o Estado de São Paulo e o Ministério da Previdência e Assistência Social, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio a transferência de recursos financeiros para manutenção de creche com atendimento de grupos da população com problemática específica, tendo em vista prevenir, minorar ou reverter as situações de carência desses atendidos, de acordo com o Plano de Trabalho, parte integrante do presente ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

De acordo com o Plano de Trabalho, o MUNICÍPIO desenvolverá atividades relativas às áreas sócio-educativas, de acordo com diretrizes sociais e de trabalho oferecidas pela SECRETARIA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

A SECRETARIA obriga-se a:

I - assessorar, supervisionar e fiscalizar a implantação e o desenvolvimento do objeto do convênio, indicando parâmetros e requisitos mínimos para as atividades desenvolvidas;

II - proceder, periodicamente, à avaliação das atividades técnicas e financeiras do Plano de Trabalho, propondo a qualquer tempo as reformulações que entender cabíveis, desde que não venham sendo alcançadas as finalidades visadas, efetuando, ainda, ao cabo de 10 (dez) meses da vigência do presente ajuste, a uma avaliação com vistas a examinar a possibilidade de sua prorrogação;

III - promover e efetivar, junto com o MUNICÍPIO, o treinamento e reciclagem dos recursos humanos necessários à execução do objeto conveniado, sempre que necessário;

IV - transferir ao MUNICÍPIO, mediante repasses mensais, os recursos financeiros consignados na CLÁUSULA SEXTA do presente convênio;

V - elaborar estudos sistemáticos do custo do objeto ora conveniado, que servirão como parâmetro para alterações dos valores, se necessário for, e a critério desta SECRETARIA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO deverá permitir e facilitar à SECRETARIA o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização deste convênio, especialmente para assegurar a qualidade do Trabalho desenvolvido e a adequada aplicação dos recursos financeiros transferidos, obrigando-se a:

I - prestar atendimento a grupo da população com problemática específica, conforme proposto no Plano de Trabalho e pactuado o presente ajuste;

II - viabilizar o acesso da população usuária aos serviços oferecidos e ao conteúdo da proposta de trabalho, garantindo até 30% (trinta por cento) do número total de atendimentos previsto no plano de trabalho para atendimento a usuários encaminhados diretamente pela SECRETARIA;

III - manter quadro de pessoal compatível com as especificações tal como descritas no Plano de Trabalho, de forma a dar plenas condições de realização e de obtenção do objeto conveniado, responsabilizando-se integralmente, por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do ajuste;

IV - aplicar integralmente, os recursos financeiros repassados pela SECRETARIA, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no desenvolvimento das atividades especificadas na CLÁUSULA SEGUNDA deste convênio, bem como no Plano de Trabalho, vedada a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de construção;

V - receber da SECRETARIA assessoria técnico-administrativa destinada à execução das atividades programadas;

VI - apresentar, mensalmente, até o quinto dia útil de cada mês, o demonstrativo da correta aplicação dos recursos financeiros transferidos, compatível com o Plano de Trabalho, devidamente acompanhado de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no período anterior, bem como da relação nominal dos atendidos com o número de seus respectivos documentos

de identidade;

VII - prestar contas, nos moldes das instruções específicas e editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior ou, se for o caso, até 30 (trinta) dias após o término de vigência deste instrumento, ou de suas eventuais prorrogações. O MUNICÍPIO, quando da prestação de contas, deverá recolher ao Erário Estadual os eventuais saldos dos recursos repassados e não aplicados dentro do período aprazado, inclusive os provenientes das aplicações financeiras realizadas, salvo se receber autorização expressa por parte da Titular da SECRETARIA para a utilização extemporânea destes recursos. O descumprimento do prazo estipulado para a apresentação da prestação de contas, assim como para efetuar o recolhimento, se for o caso, acarretará o impedimento de receber quaisquer outros recursos da SECRETARIA, a ser providenciado pela autoridade competente;

VIII - manter contabilidade e registro atualizados e em boa ordem, à disposição dos agentes públicos nos locais da execução dos serviços e, ainda, manter registros contábeis específicos relativos aos recebimentos de recursos oriundos do presente convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

O controle e a fiscalização da execução do presente ajuste incumbirá, pela SECRETARIA, ao Diretor da Divisão de Ação Regional do Vale do Paraíba - DRA-013 e, pelo MUNICÍPIO, ao Prefeito Municipal ou seu representante legalmente designado.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DOS RECURSOS

O valor total estimado do presente convênio é de R$ 8.404,00 (oito mil, quatrocentos e quatro reais), para o exercício de 1996.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os recursos transferidos pela SECRETARIA ao MUNICÍPIO, em função deste convênio, serão depositados em conta vinculada na Agência nº 0335/2, da Nossa Caixa Nosso Banco, devendo se aplicados, exclusivamente na execução do objeto deste

convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O MUNICÍPIO ao receber os recursos de que trata esta cláusula deverá:

a - no período correspondente ao intervalo entre a liberação das parcelas e a sua efetiva utilização, aplicar os recursos em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;

b - computar, obrigatoriamente, as receitas financeiras auferidas a crédito do convênio e aplicá-las, exclusivamente, no objeto conveniado;

c - anexar, quando da apresentação da prestação de contas, tratada na Cláusula Quarta, incisos VI e VII, o extrato bancário, contendo o movimento diário (histórico) de conta juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras no mercado de capitais, a ser fornecido pela Instituição Financeira;

d - o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará o MUNICÍPIO à reposição ou restituição do numerário equivalente aos rendimentos do mercado financeiro no período, devidamente atualizado até a data do efetivo depósito.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a cláusula anterior serão transferidos ao MUNICÍPIO na forma de repasse "per capita" mensal, calculado com base no número efetivo de atendidos, após o mês vencido e mediante aprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos.

PARÁGRAFO ÚNICO - A liberação dos repasses mensais, de que trata esta cláusula, fica condicionada a apresentação pelo MUNICÍPIO, da documentação referida na CLÁUSULA QUARTA, inciso VI, acompanhada de relatório, elaborado pela SECRETARIA, avaliando as atividades desenvolvidas e confirmando o número de atendidos informado.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

Este convênio poderá ser aditado, por acordo entre os

partícipes, nos casos de acréscimo ou redução do número de atendimento, bem como para suplementar, se necessário, o seu valor ou outras alterações que se fizerem necessárias, mediante proposta justificada e autorização da Titular da SECRETARIA.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará por 12 (doze) meses a contar da data de sua celebração podendo ser prorrogado por iguais períodos respeitando o limite máximo total de 60 (sessenta) meses, mediante Termo Aditivo, após proposta justificada nos termos da parte final do inciso II da CLÁUSULA TERCEIRA, e autorização do Titular da SECRETARIA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente convênio além da expiração natural de sua vigência, poderá ser rescindido, por infração legal ou descumprimento de suas cláusulas, ou denunciado, por desinteresse unilateral ou consensual, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, respondendo cada partícipe, em qualquer hipótese, pelas obrigações assumidas até a data do rompimento do acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando da denúnica, rescisão ou extinção do convênio, deverá o MUNICÍPIO, apresentar a SECRETARIA, no prazo de 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data. Os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Estado, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, a ser providenciado pela autoridade competente da SECRETARIA, nos termos do que dispõe o artigo 116, parágrafo 6º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1994.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO

Obriga-se ao MUNICÍPIO, nos casos de não utilização dos recursos para o fim do conveniado ou aplicação indevida destes recursos, a devolvê-los, devidamente atualizados a partir da data do seu repasse.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou interpretação deste convênio.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os efeitos legais.

São Paulo, em de de 1996.

SECRETARIA

MUNICÍPIO

Testemunhas:

_____

_____

LEI Nº 2.310, DE 20 DE MARÇO DE 1996.

"Dá nova redação a alínea "a" do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.903, de 27 de setembro de 1990, alterada pela Lei Municipal de nº 2.004, de 09 de setembro de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - A alínea "a" do artigo 4º, da Lei Municipal nº 1.903, de 27 de setembro de 1991, alterada pela Lei Municipal de nº 2.004, de 09 de setembro de 1991, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 4º - ...

a) recolher, além de todas as taxas devidas em função das áreas construídas, o valor correspondente a 23,46 (vinte e três vírgula quarenta e seis) Unidades Fiscais de Referência - UFIR, vigente à época do competente pagamento, a título de emolumentos;"

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 1996.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de março de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de março de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.311, DE 20 DE MARÇO DE 1996.

"Autoriza o Chefe do Poder Executivo do Município de Tremembé, a celebrar convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, visando ao incremento da arrecadação de tributos e à instalação de Unidade de Atendimento ao Público - UAP.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias orçamentárias.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de março de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de março de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

CONVÊNIO ICMS Nº / .

Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo e o Município de , visando o incremento da arrecadação de tributos.

O ESTADO DE SÃO PAULO, por sua Secretaria da Fazenda/Coordenação da Administração Tributária, doravante denominada "Secretaria", neste ato representada por seu titular Doutor _____, R.G._____, devidamente autorizado pelo Governador do estado, conforme Decreto nº 40.450, de 16 de novembro de 1995, e o Município de_____, doravante denominado "Município", neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, _____ , R.G. _____, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº_____, de _____ de _____ de _____,firmam o presente instrumento de convênio que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

SEÇÃO I

DO OBJETO E FINS

Cláusula Primeira - O presente convênio tem por objeto a fixação de critérios e normas de ação do Estado e do Município, para incremento da arrecadação de tributos, a saber:

I - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS: acompanhamento da produção agropecuária e extrativa, seu escoamento e consequente reflexo tributário, bem como da atividade industrial e comercial desenvolvida no território municipal, ou dos produtos que por ele transitarem;

II - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA: acompanhamento dos recolhimentos do tributo por ocasião dos licenciamentos.

SEÇÃO II

DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Cláusula Segunda - Compete à Secretaria:

I - dar conhecimento de seus cadastros, com o fornecimento de listagens ou por meio magnético de processamento eletrônico de dados, de todos os contribuintes inscritos no Estado e sediados no Município.

II - planejar e direcionar, à vista de informações fornecidas pelo Município, nos termos dos incisos I e V da cláusula terceira deste convênio, os trabalhos fiscais, com designação de Agente Fiscal de Rendas para acompanhar e tomar providências necessárias para sanear as irregularidades levantadas;

III - diligenciar para proceder às verificações fiscais originárias da "Informações de Destino da Produção Rural", conforme modelo anexo, fornecidas pelo Município;

IV - dar conhecimento ao Município das ações fiscais originárias das denúncias formuladas pelo agente municipal, na forma deste convênio;

V - promover treinamento dos agentes municipais, com o fornecimento de material didático, visando à educação tributária.

SEÇÃO III
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Terceira - Compete ao Município:

I - proceder ao levantamento da produção agrícola e pecuária do Município com perfeita identificação do produtor;

II - fornecer "Informações de Destino da Produção Rural", conforme modelo anexo, que deverá ser preenchido em relação a cada produtor e em função de cada destinatário, a ser apresentado trimestralmente no Posto Fiscal de vinculação;

III - comunicar ao Posto Fiscal de vinculação a existência de pessoas que exerçam atividades relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e que não possuam inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

IV - sugerir ao Posto Fiscal de vinculação a realização de verificações fiscais ao tomar conhecimento de indícios que evidenciem sonegação fiscal, fornecendo todos os elementos necessários à perfeita identificação do fato do seu praticante;

V - manter funcionário próprio junto aos órgãos de trânsito para acompanhamento da exatidão dos dados cadastrais e recolhimentos do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, comunicando ao Posto Fiscal as irregularidades detectadas, com a possibilidade de extrair e reter cópias de guias de recolhimento, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos ou comprovantes de identidade e de endereço do detentor do veículo, cuja destinação será disciplinada em portaria;

VI - realizar campanhas de promoção tributária e apoiar, em caráter supletivo, as promovidas pela Secretaria, segundo as normas por esta estabelecidas;

VII - prestar assistência ao estado nos programas que objetivarem a informação e orientação do contribuinte nas questões relativas às obrigações tributárias;

VIII - solicitar os documentos fiscais que, nos termos da lei, devam acompanhar as mercadorias quando em trânsito, em operações de que participem produtores industriais e comerciantes estabelecidos em seus territórios, neles apondo, a carimbo, a data, o horário e a identificação do servidor municipal credenciado pela Secretaria da Fazenda, que realizou a diligência, apurada qualquer irregularidades os agentes municipais deverão comunicá-la à repartição estadual;

IX - assistir o Estado nas atividades conjuntas relacionadas à fiscalização de mercadorias em trânsito e de carga e descarga de mercadorias, desde que previamente programadas e com a presença do Agente Fiscal de Rendas.

SEÇÃO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Quarta - O Município observará a vedação da apreensão de mercadorias ou documentos e a de imposição de penalidade, por serem privativas dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado, e a cobrança de quaisquer taxas ou emolumentos em razão das verificações previstas no presente convênio, bem como observar o sigilo imposto, nos termos dos artigos 198 e 199 do Código Tributário Nacional.

Cláusula Quinta - A Secretaria através da Coordenação da Administração Tributária (CAT) expedirá normas e esclarecimento visando à boa execução deste convênio.

E por estarem de acordo, firmam o presente convênio em vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, em de de .

_____

Secretário da Fazenda

_____

Prefeito Municipal

Testemunhas

1 - _____

2 - _____

CONVÊNIO ICMS Nº / .

Convênio celebrado entre o Estado de São Paulo e o Município de , visando o incremento da arrecadação de tributos e a instalação da Unidade de Atendimento ao Público (UAP).

O ESTADO DE SÃO PAULO, por sua Secretaria da Fazenda/Coordenação da Administração Tributária, doravante denominada "Secretaria", neste ato representada por seu titular, Doutor_____, R.G._____, devidamente autorizado pelo Governador do Estado, conforme Decreto nº 40.450, de 16 de novembro de 1995, e o "Município de_____, doravante denominado "Município, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal,_____ , R.G. _____, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº_____, de ___ de ___ _____ de_____, firmam o presente instrumento de convênio que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

SEÇÃO I

DO OBJETO E FINS

Cláusula Primeira - O presente convênio tem por objeto a fixação de critérios e normas de ação do Estado e do Município, para incremento da arrecadação de tributos, a saber:

I - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS: acompanhamento da produção agropecuária e extrativa, seu escoamento e consequente reflexo tributário, bem como da atividade industrial e comercial desenvolvida no território municipal, ou dos produtos que por ele transitarem;

II - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA: acompanhamento dos recolhimentos de tributo por ocasião dos licenciamentos.

SEÇÃO II

DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Cláusula Segunda - Compete à Secretaria:

I - dar conhecimento de seus cadastros, com o fornecimento de listagens ou por meio magnético de processamento eletrônico de dados, de todos os contribuintes inscritos no Estado e sediados no Município;

II - planejar e direcionar, à vista de informações fornecidas pelo Município, nos termos dos incisos I a V da cláusula terceira deste convênio, os trabalhos fiscais, com designação de Agente Fiscal de Rendas para acompanhar e tomar providências necessárias para sanear irregularidades levantadas;

III - diligenciar para proceder às verificações fiscais originárias das "Informações de Destino da Produção Rural", conforme modelo anexo fornecidas pelo Município;

IV - dar conhecimento ao Município das ações fiscais originárias das denúncias formuladas pelo agente municipal, na forma deste convênio;

V - fornecer quando houver disponibilidade, funcionário de seus quadros para as Unidades de Atendimento ao Público (UAPs);

VI - promover treinamento dos agentes municipais, com o fornecimento de material didático, visando à educação tributária;

SEÇÃO III
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Terceira - Compete ao Município:

I - proceder ao levantamento da produção agrícola e pecuária do Município com perfeita identificação do produtor;

II - fornecer "Informações de Destino da Produção Rural", conforme modelo anexo, que deverá ser preenchido em relação a cada produtor e em função de cada destinatário a ser apresentado trimestralmente no Posto Fiscal de vinculação;

III - comunicar ao Posto Fiscal de vinculação a existência de pessoas que exerçam atividades relativas à circulação de mercadorias ou prestação de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e que não possuam inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS;

IV - sugerir ao Posto Fiscal de vinculação a realização de verificações fiscais ao tomar conhecimento de indícios que evidenciem sonegação fiscal, fornecendo todos os elementos necessários à perfeita identificação do fato e do seu praticante;

V - manter funcionário próprio junto aos órgãos de trânsito, para acompanhamento da exatidão dos dados cadastrais e recolhimentos do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, comunicando ao Posto Fiscal as irregularidades detectadas, com a possibilidade de extrair e reter cópias de guias de recolhimento, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos ou comprovantes de identidade e de endereço do detentor do veículo, cuja destinação será disciplinada em portaria;

VI - ceder à Secretaria local necessário à instalação de Unidade de Atendimento ao Público (UAP), em dependência da sede da Prefeitura Municipal ou em outro local de fácil acesso ao público, sem quaisquer ônus para a Secretaria, inclusive os decorrentes de conservação, manutenção, limpeza e utilização do imóvel;

VII - ceder servidor municipal para o funcionamento da Unidade de Atendimento ao Público (UAP);

VIII - realizar campanhas de promoção tributária e apoiar, em caráter supletivo, as promovidas pela Secretaria, segundo as normas por esta estabelecida;

IX - prestar assistência ao Estado nos programas que objetivarem a informação e orientação do contribuinte nas questões relativas às obrigações tributárias.

X - solicitar os documentos fiscais que, nos termos da lei, devam acompanhar as mercadorias, quando em trânsito, em operações de que participem produtores, industriais e comerciantes estabelecidos em seus territórios, neles apondo, a carimbo, a data, o horário e a identificação do servidor municipal credenciado pela Secretaria da Fazenda, que realizou a diligência: apurada qualquer irregularidade, os agentes municipais deverão comunicá-la à repartição estadual;

XI - assistir o Estado nas atividades conjuntas relacionadas à fiscalização de mercadorias em trânsito e de carga e descarga de mercadorias, desde que previamente programadas e com a presença do Agente Fiscal de Rendas.

SEÇÃO IV

DA UNIDADE DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO (UAP)

Cláusula Quarta - A Unidade de Atendimento ao Público ocupar-se-á:

I - de receber e encaminhar ao Posto Fiscal de vinculação, para os devidos fins, a documentação abaixo relacionada, devidamente instruída, vedada a aposição de visto ou carimbo nos referidos documentos:

a) pedidos de certidão de débitos fiscais;

b) requerimentos referentes ao recolhimento de imunidade ou de concessão de isenção de tributos estaduais;

c) pedidos de restituição de tributos estaduais ou de compensação de créditos do ICM/ICMS;

d) defesas e recursos relativos a Auto de Infração e Imposição de Multa;

e) Declaração Cadastral - DECA e Declaração Cadastral de Produtor - DECAP, em todas as hipóteses previstas na legislação tributária estadual;

f) livros fiscais para aposição de visto em termos de abertura e encerramento, transferência e cancelamento de inscrição;

g) Declaração de Dados Informativos Necessários à Apuração dos Índices de Participação dos Municípios no Produto da Arrecadação do ICMS - DIPAM;

h) Pedido de Talonário de Produtor - PTP;

i) Declaração de Microempresa - DEME;

j) Declaração de Movimento Econômico Fiscal - DMEF;

l) outros documentos afetos a matéria relativa à Secretaria:

II - entregar aos contribuintes os livros, impressos, talões de Notas Fiscais de Produtor, avisos e demais documentos, fazendo-se mediante protocolo;

III - receber dos produtores e encaminhar ao Posto Fiscal de vinculação as segundas vias de Nota Fiscal de Produtor.

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Quinta - O Município observará a vedação da apreensão de mercadorias ou documentos e a de imposição de penalidade, por serem privativas dos Agentes Fiscais de Rendas do estado, e a cobrança de quaisquer taxas ou emolumentos em razão das verificações previstas no presente convênio, bem como observar o sigilo imposto nos termos dos artigos 198 e 199 do Código Tributário Nacional.

Cláusula Sexta - A Secretaria, através da Coordenação da Administração Tributária (CAT) expedirá normas e esclarecimentos visando à boa execução deste convênio.

E, por estarem de acordo, firmam o presente convênio em vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, em de de .

_____

Secretário da Fazenda

_____

Prefeito Municipal

Testemunhas

1 - _____

2 - _____

ESTADO/MUNICIPIO DE	INFORMAÇÃO DE DESTINO DA PRODUÇÃO RURAL	NUMERO _____/___

ESTABELECIMENTO PRODUTOR REMETENTE

NOME	INSCRIÇÃO ESTADUAL
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE	BAIRRO
MUNICIPIO	

ESTABELECIMENTO DESTINATARIO

NOME	INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO	CGC
MUNICIPIO	

NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR (Serie)

DATA	NUMERO	MERCADORIAS			
		QUANTIDADE	UNIDADE	DISCRIMINAÇÃO	VALOR

PARA USO DO FISCO ESTADUAL

LIVRO REGISTRO DE ENTRADAS

Nº	FLS	RUBRICA-AFR

NOME DO SIGNATARIO	
CARGO OU FUNÇÃO	
DATA	ASSINATURA

PROTOCOLO DO POSTO FISCAL

Nº _____/_____

PARA USO DO FISCO ESTADUAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE

IPVA - AVISO DE REGULARIZAÇÃO

Nº SÉRIE

EMITIDO EM

PROPRIETÁRIO | CPF/CGC | TELEFONE

ENDEREÇO | MUNICÍPIO | CEP

RESPONSÁVEL | CPF/CGC | TELEFONE

ENDEREÇO | MUNICÍPIO | CEP

VEÍCULO TERRESTE

MARCA/MODELO | COMBUSTÍVEL | ESPÉCIE/TIPO | PROCEDÊNCIA | ANO DE FABRICAÇÃO

CHASSIS | PLACA ATUAL | PLACA ANTERIOR | CÓDIGO RENAVAM

EMBARCAÇÃO

POTÊNCIA(HP) | COMPRIMENTO(M) | COMBUSTÍVEL | PROPULSÃO

ESPÉCIE/TIPO CASCO | PROCEDÊNCIA | ANO DE FABRICAÇÃO | Nº INSCRIÇÃO

AERONAVE

PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM | PROCEDÊNCIA | ANO DE FABRICAÇÃO | Nº MATRÍCULA

IMPOSTO/OCORRÊNCIAS

VALOR DO IMPOSTO

VALOR RECOLHIDO

OUTRAS OCORRÊNCIAS

1 - FAVOR CONFERIR OS DADOS CADASTRAIS. EM CASO DE DIVERGÊNCIA, SOLICITAMOS DIRIGIR-SE A ESTA PREFEITURA, PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO.

2 - PARA SANAR IRREGULARIDADES REFERENTES A IMPOSTO/OCORRÊNCIAS, PROCURAR O POSTO FISCAL DA SECRETARIA DA FAZENDA NA (ENDEREÇO)

APRESENTAR GUIAS DO IPVA DOS DOIS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS E CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO. , ATÉ O 5º DIA ÚTIL, A CONTAR DESTA DATA.

RECIBO

____/____/____

PROPRIETÁRIO/RESPONSÁVEL

OBS.: POR OCASIÃO DO LICENCIAMENTO, APRESENTAR À CIRETRAN A 3ª VIA DO RECOLHIMENTO

1ª VIA - FAZENDA

2ª VIA - PREFEITURA

3ª VIA - PROPRIETÁRIO

ATENCIOSAMENTE

(FUNCIONÁRIO)

216 mm

161 mm

PAPEL SULFITE (APERGAMINHADO) BRANCO, DE 1ª QUALIDADE, GRAMATURA 75 g/m2 (24 KG BB), IMPRESSÃO NA COR PRETA

PROTOCOLO DE ENTREGA E RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS

PELA UAP DE _____

RECEBI O(S) DOCUMENTO(S) ABAIXO DISCRIMINADO(S)

_____

_____

_____

_____

_____

DATA	HORÁRIO
NOME DO FUNCIONÁRIO/CONTRIBUINTE R.G.	ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO/CONTRIBUINTE

LEI Nº 2.312, DE 20 DE MARÇO DE 1996.

"Dá nova redação as alíneas A, B e C, do ítem 1 do Artigo 187 da Lei Municipal nº 2.299, de 06 de novembro de 1995".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Nas alíneas A, B e C, do ítem 1 - Especificações da Tabela, do Artigo 187, onde se lê:

"ARTIGO 187 - ...

TABELA

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFIR.
1. Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas vias e logradouros públicos ou como depósito de materiais ou estacionamento de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Administração Municipal, por prazo e a critério desta:	
a - por dia e por m²....	2,00
b - por mês e por m²....	15,00
c - por ano e por m²....	50,00

LEIA-SE:

"ARTIGO 187 - ...

TABELA

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFIR.
1. Espaço ocupado por balcões, barracas, mesas, tabuleiros e semelhantes, nas vias e logradouros	

(Cont. da Lei nº 2.312/96.) fls.02.

públicos ou estacionamento de veículos, inclusive para fins comerciais, em locais designados pela Administração Municipal, por prazo e a critério desta:	
a - por dia e por m².....	2,00
b - por mês e por m².....	6,00
c - por ano e por m².....	8,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 1996.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 20 de março de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de março de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.313, DE 20 DE MARÇO DE 1996.

"Dispõe sobre criação de funções-atividades permanentes."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ANEXO XVII, da Lei Municipal nº 2.254, de 17 de maio de 1995, fica acrescido das seguintes funções-atividades permanentes:

- 03 (TRÊS) AGENTES DE SANEAMENTO - Referência "26".
- 01 (HUM) ARQUITETO - Referência "37".

PARÁGRAFO ÚNICO - As funções-atividades permanentes a que se refere o "caput" deste artigo, serão preenchidas através de Concurso Público, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, constante do Regime Jurídico Único instituído pela Lei Complementar nº 10, de 1º de abril de 1992.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução desta lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de março de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de março de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.314, DE 03 DE ABRIL DE 1996.

"Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.268, de 17 de julho de 1995".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os dispositivos da Lei Municipal nº 2.268, de 17 de julho de 1995, a seguir elencados, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a entregar em concessão os serviços de coleta e destinação final de lixo residencial e comercial, observado o disposto no artigo 49, § 3º, inciso IV, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, nesta lei e em demais diplomas legais pertinentes."

"ARTIGO 2º - ...

§ 5º - Os serviços públicos descritos nos incisos I e III do artigo 7º da presente lei deverão ser executados pela concessionária, em nível local, dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da adjudicação da concessão.

§ 6º - Todo o sistema de destinação final do lixo, descrito no artigo 8º desta lei, deverá estar em plena operação e funcionamento no prazo improrrogável de 2 (dois) anos, contados da data da celebração do contrato de concessão.

§ 7º - O descumprimento do disposto no parágrafo 5º, bem como das disposições encerradas no parágrafo 6º, ambos do presente artigo, importará na imediata e automática cassação da concessão, independentemente da aplicação de multa equivalente ao valor de 25.000 (vinte e cinco mil) Unidades Fiscais de Referência - UFIR'S."

"ARTIGO 3º - Os resíduos provenientes do serviço público de que tratam os incisos I, II e III do artigo 7º desta lei, serão processados em área de propriedade da concessionária, para esta finalidade destinada e previamente aprovada pelos órgãos competentes, obedecendo, para tanto, as demais legislações pertinentes."

"ARTIGO 4º - Os serviços públicos descritos nos incisos I e II do artigo 7º da presente lei serão executados pela concessionária de forma gratuita, sem quaisquer ônus aos cofres públicos do Município ou para os munícipes."

(Cont. da Lei nº 2.314/96). fls.02.

"ARTIGO 5º - Será concedida em favor da concessionária, pelo prazo de 7 (sete) anos, contados do mês em que ocorrer a adjudicação da concessão, isenção total dos impostos municipais."
"ARTIGO 6º - As condições estabelecidas por esta lei deverão constar, obrigatoriamente, do contrato de concessão, sob pena de nulidade absoluta do ato celebrado."

ARTIGO 2º - A Lei Municipal nº 2.268, de 17 de julho de 1995, fica acrescida dos seguintes dispositivos:
"ARTIGO 7º - Deverão ser coletados diariamente pela concessionária, em horário a ser estabelecido pela Administração Pública Municipal, o seguinte:
I - os resíduos sólidos urbanos compreendidos em:

a) lixo de residências, supermercados e similares, quartéis, bares, hotéis, restaurantes, cemitérios, entidades de serviços em geral e edifícios públicos, nestes últimos compreendidos penitenciárias e presídios;

b) lixo proveniente da limpeza urbana, como terra e outros materiais provenientes da varrição, raspagem e capinação de vias e logradouros públicos, restos de limpeza de praças e jardins, terrenos baldios e outros, promovidos pela Administração Pública do Município;

II - os resíduos sólidos sépticos provenientes dos serviços de saúde do Município, nos âmbitos público e privado;
III - os restos de materiais de construção, entulho de obras e de demolições, animais mortos, troncos, galhos e folhas provenientes da poda de árvores, restos de limpeza de jardins, quintais e terrenos baldios e outros, de propriedade e promovidos por particulares:"
"ARTIGO 8º - Os processos de tratamento e de destinação final dos resíduos sólidos referidos no artigo anterior, a serem executados pela concessionária, ficam assim definidos:
I - ATERRO SANITÁRIO: processo de destinação final de resíduos sólidos urbanos do solo, mediante projeto específico, o qual deverá ser elaborado com a observância de critérios técnicos e das legislações pertinentes;
II - USINA DE PROCESSAMENTO: processo de tratamento de resíduos sólidos urbanos, onde, através de fermentação de matéria orgânica

contida no lixo, consegue-se a sua estabilização sob a forma de adubo denominado composto;

III - USINA DE RECICLAGEM: processo de separação de resíduos sólidos, tais como papel, papelão, vidoro, lata, alumínio, plástico, entre outros, tidos como servíveis, podendo ser reutilizados;

IV - INCINERAÇÃO: processo de tratamento de resíduos sólidos sépticos oriundos do serviço de saúde, nos âmbitos público e privado do Município, através de destruição dos mesmos em forno a alta temperatura e com filtro apropriado a conter totalmente a poluição do ar."

"ARTIGO 9º - Os serviços de coleta e destinação final do lixo serão executados mediante utilização de veículos e funcionários próprios da concessionária, além do emprego de máquinas e equipamentos necessários à sua boa execução, observando-se, para tanto, o seguinte:

I - os veículos coletores de lixo não poderão exceder o limite de 10 (dez) anos de uso, bem como deverão, obrigatoriamente, transitar pelas vias públicas sempre limpos e bem conservados, notadamente quanto à parte mecânica, lataria e pintura;

II - as máquinas e equipamentos utilizados para o aterro, processamento, reciclagem e incineração, assim como destinação final do lixo, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos em bom estado de conservação, funcionalidade e uso."

"ARTIGO 10 - Excetuado o Município de Tremembé, somente poderão ser objeto de aterro, processamento, reciclagem e incineração pela concessionária os lixo referidos nos incisos I e III do artigo 7º desta lei oriundos dos municípios pertencentes à região do Vale do Paraíba e da cidade serrana de Campos do Jordão."

"ARTIGO 11 - Os serviços públicos relacionados no inciso III do artigo 7º da presente lei serão cobrados através de tarifas fixadas pela Prefeitura Municipal e sujeitas a majorações, a critério da mesma, sempre que ocorrer alteração do custo operacional, mediante manifestação por escrito da concessionária, de forma a permitir justa remuneração pelo capital empreendido, pela melhoria e pela expansão dos serviços, assegurando o

equilíbrio econômico e financeiro da concessão, respeitado, entretanto, o princípio da anualidade."

"ARTIGO 12 - Compete ao Poder Público Municipal:

I - fiscalizar a qualidade, eficiência e regularidade na execução dos serviços prestados pela concessionária;

II - fiscalizar o cumprimento do horário estabelecido para a coleta do lixo;

III - fiscalizar o bom atendimento que a concessionária deverá, obrigatoriamente, declinar à população quanto ao serviço prestado;

IV - fiscalizar a administração, a contabilidade, os recursos técnicos, econômicos e financeiros e a rentabilidade do serviço da concessionária, com a finalidade de fixar tarifas justas pela sua prestação;

V - fiscalizar a quantidade diária do lixo coletado, por meio de balança a ser instalada nos portões de entrada da concessionária, por conta desta;

VI - fiscalizar os veículos utilizados para a coleta de lixo, os quais, obrigatoriamente, deverão transitar pelas vias públicas sempre limpos e bem conservados:"

"ARTIGO 13 - Atendido o disposto no § 6º do artigo 2º, poderá a concessionária, de acordo com seus interesses e observada a limitação imposta pelos demais órgãos competentes, receber, para fins de aterro, processamento, reciclagem e incineração, os lixos referidos nos incisos I e III do artigo 7º, desde que amparada em contratos escritos e legalmente celebrados com os municípios mencionados no artigo 10 desta lei.

§ 1º - Verificada a hipótese de que trata o "caput" deste artigo, deverá a concessionária remeter, mensalmente, ao concedente relatório do montante de lixo recebido de outros municípios para destinação final.

§ 2º - Para cada contrato que a concessionária celebrar com outro município, conforme dispõe o "caput" deste artigo, a mesma deverá repassar aos cofres públicos do Município, a título de contribuição para o Serviço de Saúde local, 2% (dois por cento) sobre o valor bruto do mesmo, cujo recolhimento deverá ser efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao

vencido, junto à Tesouraria da Prefeitura Municipal de Tremembé, mediante obrigatória entrega de uma via do aludido contrato."

"ARTIGO 14 - Fica expressamente vedada a doação e/ou comercialização pela concessionária, a título oneroso ou gratuito, de qualquer resíduo sólido proveniente de lavagem de cozinha ou restos de alimentos."

"ARTIGO 15 - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a estabelecer critério escalonado ou alternado para a coleta dos lixos oriundos das vilas, bairros e condomínios existentes no Município, ficando vedada, entretanto, qualquer outra estipulação que não seja pela sua forma diária, quanto à coleta de lixo dentro do perímetro central e comercial da cidade."

"ARTIGO 16 - A concessionária ficará desobrigada, nos dias de domingo e feriados nacionais, da execução dos serviços de coleta e destinação final do lixo, não podendo, entretanto, em qualquer hipótese, permanecer paralisada por mais de 48 (quarenta e oito) horas consecutivas."

PARÁGRAFO ÚNICO - Ressalvada a hipótese prevista no "caput" deste artigo, qualquer outro tipo de paralisação, suspensão e/ou interrupção do serviço de coleta e destinação final do lixo, ainda que parcial, será objeto de imediata autuação e aplicação, pela fiscalização da Prefeitura Municipal, de multa equivalente ao valor de 1.250 (um mil, duzentas e cincoenta) Unidades Fiscais de Referência - UFIR's, vigentes à época da ocorrência, por dia de inexecução dos serviços, a qual deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município no dia seguinte ao do retorno das atividades."

"ARTIGO 17 - O descumprimento de qualquer condição estabelecida nesta lei sujeitará a concessionária às seguintes penalidades:

I - advertência: para as infrações que não sejam penalizadas com multa ou outra sanção;

II - multa: nos casos previstos nesta lei e na hipótese de segunda reincidência da pena de advertência, cujo valor será equivalente à soma de 1.250 (um mil, duzentas e cincoenta) Unidades Fiscais de Referência - UFIR's, vigentes à época da ocorrência;

(Cont. da Lei nº 2.314/96). fls.06.

III - intervenção: a juízo da Administração Pública Municipal, quando fatos relevantes e de interesse público o justificarem;
IV - cassação da concessão e consequente rescisão do contrato, nas hipóteses previstas no parágrafo único deste artigo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A pena de cassação da concessão a que se refere o inciso IV deste artigo será automaticamente aplicada quando:

a) houver manifesta deficiência, por parte da concessionária, na execução dos serviços públicos regulados por esta lei;

b) for constatada a precariedade dos veículos coletores de lixo, máquinas e equipamentos utilizados pela concessionária na execução dos serviços públicos;

c) houver sido decretada a falência da concessionária;

d) houver sido transferido o controle acionário da concessionária;

e) houver, por parte da concessionária, descumprimento reiterado das condições impostas por esta lei ou a prática de qualquer ato expressamente vedado;

f) sofrer a concessionária mais de 3 (três) penalizações dentro do mesmo exercício;

g) houver, por parte da concessionária, paralisação, suspensão e/ou interrupção dos serviços públicos de coleta e destinação final do lixo, ainda que parcial, a que título for, por mais de 3 (três) dias consecutivos;

h) perder a concessionária as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

i) nos demais casos expressamente previstas nesta lei."

"ARTIGO 18 - Em qualquer hipótese de cassação da concessão, a concessionária ficará obrigada a manter os serviços públicos regulados por esta lei até a efetivação de nova concessão."

"ARTIGO 19 - Fica assegurado ao Poder Executivo Municipal, ao término da concessão ou de sua prorrogação, optar pela reversão, a qual abrangerá todos os bens vinculados e utilizados pela concessionária na prestação dos serviços."

"ARTIGO 20 - Poderá o Poder Executivo concedente, ocorrendo relevante motivo de conveniência ou interesse administrativo, retomar os serviços a qualquer tempo, mediante desapropriação dos bens e direitos vinculados aos mesmos, ou através de expropriação das ações da concessionária."

(Cont. da Lei nº 2.314/96). fls.07.

"ARTIGO 21 - A concessão dos serviços públicos regulados por esta lei não poderá, em hipótese alguma, ser transferida ou outorgada pela concessionária a outra empresa, seja a título oneroso ou gratuito, sob pena de automática cassação."

"ARTIGO 22 - As condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação deverão ser mantidas pela concessionária durante todo o período de vigência da concessão e comprovadas quando solicitadas pelo Poder Público Municipal concedente."

ARTIGO 3º - Por força das alterações introduzidas pela presente lei, o artigo 7º da lei Municipal nº 2.268, de 17 de julho de 1995, fica renumerado como artigo 23.

ARTIGO 4º - Ficam suprimidos os parágrafos 8º e 9º do artigo 2º e o parágrafo único do artigo 4º da Lei Municipal nº 2.268, de 17 de julho de 1995.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 03 de abril de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 03 de abril de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.315, DE 15 DE ABRIL DE 1996.

"Dispõe sobre substituição de anexos da Lei Municipal nº 2.300, de 1º de dezembro de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os anexos Análise das Despesas Correntes e de Capital em percentuais, o Anexo 2 - Despesa, por unidade orçamentária e por órgão, Anexo 7 - Programa de Trabalho do Governo e Anexo 2 - Despesa - Consolidação Geral, constantes da Lei Municipal nº 2.300, de 1º de dezembro de 1995, ficam substituídas pelos integrantes desta lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de janeiro de 1996.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 15 de abril de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 15 de abril de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.316, DE 22 DE ABRIL DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento fiscal do município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
13754282.14	Manutenção das Atividades do Serviço de Saúde (Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório).		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)	R$ 10.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)	R$ 10.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente..	(+)	R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante redução total da seguinte verba do orçamento vigente:

3.	ASSESSORIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS		
3.1	ADMINISTRAÇÃO		
03070211.06	Manutenção das Atividades da Assessoria de Assuntos Políticos.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)	R$ 5.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)	R$ 5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)	R$ 5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material de Consumo..	(-)	R$ 5.000,00

jmnjsima

(Cont. da Lei nº 2.316/96). fls.02.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de abril de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de abril de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

(LEI N.º 8 506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.317, DE 22 DE ABRIL DE 1996.

"Dispõe sobre nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O inciso VI e os parágrafos 1º e 3º do Inciso VII do Artigo 82, o § 4º do Artigo 161, o artigo 170 e seu § 2º e os ítens 2 e 3 do Artigo 187, todos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações, passam a vigorar com as seguintes redações:

"ARTIGO 82 - ...

VI - 2% (dois por cento), aos serviços previstos no ítem 55, da Lista de Serviços;

§ 1º - Os prestadores de serviços especificados nos ítens 1, 4, 7, 24, 49, 51, 87, 88, 89, 90 e 91 da Lista de Serviços, pagarão o imposto anualmente, calculado com a aplicação da alíquota de 100% (CEM POR CENTO) sobre a base de cálculo equivalente a 100,00 (CEM VÍRGULA ZERO ZERO) Unidades Fiscais de Referências - UFIRS, vigentes à época de lançamento".

§ 3º - Em qualquer caso em que o serviço seja prestado, comprovadamente, sob forma de trabalho exclusivamente pessoal do próprio contribuinte, independente de ter ou não formação técnica, científica ou artística especializada, com atuação profissional autônoma, o imposto será pago, anualmente, calculado com aplicação da alíquota sobre a base de cálculo equivalente a 100,00 (CEM VÍRGULA ZERO ZERO) Unidades Fiscais de Referências - UFIRS, na forma do parágrafo 1º deste artigo".

"ARTIGO 161 - ...

§ 4º - A taxa de licença para funcionamento será lançada anualmente com base nos elementos constantes no cadastro municipal e recolhida em 03 (três) parcelas iguais, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês de março, a 2ª no último dia útil do mês de julho e a 3ª no último dia útil do mês de setembro de cada ano, podendo o contribuinte antecipar o pagamento das

parcelas a qualquer tempo, desde que o faça com o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, ou outra unidade fiscal vigente no País, no dia do seu efetivo pagamento".

"ARTIGO 170 - ...

TABELA

NATUREZA DA ATIVIDADE	POR/DIA	POR MÊS	POR/ANO
1) gêneros alimentícios.....	5,00	10,00	20,00
2) artigos para fumantes.....	5,00	15,00	30,00
3) louças, ferragens, artigos plásticos e congêneres.....	5,00	15,00	30,00
4) jóias, relógios e congêneres.....	5,00	15,00	30,00
5) bijouterias.....	5,00	15,00	30,00
6) roupas feitas e armarinhos.....	5,00	15,00	30,00
7) redes, tapetes e congêneres.....	5,00	15,00	30,00
8) outras atividades.....	5,00	15,00	30,00

§ 2º - A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante quando devida por ano será recolhida em 03 (três) parcelas, vencendo-se a 1ª no último dia útil do mês de março, a 2ª no último dia útil do mês de julho e a 3ª no último dia útil do mês de setembro de cada ano, podendo o contribuinte antecipar o pagamento das parcelas a qualquer tempo, desde que o faça com o valor da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, vigente no País no dia do seu efetivo pagamento".

"ARTIGO 187 - ...

TABELA

ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE DE UFIR
2) Espaço ocupado por carrinhos de sorvete, pipoca, amendoim, salgados e semelhantes:	
a- por unidade e por dia.....	2,00
b- por unidade e por mês.....	6,00
c- por unidade e por ano.....	18,00
3) Espaço ocupado por automóvel e caminhões de aluguel:	
por unidade e por ano.....	70,00

ARTIGO 2º - Excepcionalmente no exercício de 1996, a 1ª parcela das taxas de que tratam os artigos 161, 170 e 187, serão recolhidos até o dia 30 de abril de 1996, e as demais nas datas fixadas nos carnês de lançamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Caso os contribuintes que já receberam os carnês de lançamento das taxas de que trata os artigos acima, com vencimento até o último dia útil do mês de março do corrente exercício e já o quitaram, será o pagamento considerado como 1ª e 2ª parcelas, e caso também já tenham quitado a 2ª parcela com vencimentos em 31 de maio e 31 de julho de 1996, será este considerado como quitação da 3ª parcela do exercício de 1996.

ARTIGO 3º - A taxa de licença para funcionamento de que trata o artigo 161, terá seu valor reduzido em 30% (trinta por cento), excepcionalmente no exercício de 1996.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, em especial o inciso VI do artigo 82, e as demais alterações da presente lei, terão seus efeitos retroagidos a 02 de janeiro de 1996, naquilo que não contrariar o princípio da anualidade.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 22 de abril de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 22 de abril de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.318, DE 14 DE MAIO DE 1996.

"Revoga, em todos os seus termos a Lei Municipal nº 2.051, de 31 de agosto de 1992."

Revogada pela Lei 2.373

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica revogada, em todos os seus termos, a Lei Municipal nº 2.051, de 31 de agosto de 1992.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de abril de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.319, DE 14 DE MAIO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a permitir o uso do Ginásio Poliesportivo por terceiros".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a permitir o uso do Ginásio Poliesportivo por terceiros, mediante pagamento de taxa, para manutenção do mesmo, desde que seja para a realização de eventos desportivos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O uso do referido ginásio por terceiros, será por no máximo 02 (dois) dias e a título precário.

ARTIGO 2º - A taxa será recolhida ao cofre público municipal e o uso da mesma será restrito a atender despesas das atividades do Setor de Cultura - Seção de Esportes e Turismo.

ARTIGO 3º - O valor recebido será exclusivamente aplicado em atividades (campeonatos, viagens de equipes, dentre outros), na aquisição de materiais esportivos e acontecimentos culturais (shows, apresentação teatral, e outros).

ARTIGO 4º - A taxa cobrada pelo uso do Ginásio Poliesportivo por terceiros, será regulamentada por Decreto Executivo.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.320, DE 14 DE MAIO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), que abaixo se especifica para atender despesas de manutenção das atividades do Fundo Social de Solidariedade:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
15814872.16 Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.
3.0.0.0 Despesas Correntes.....(+)R$ 5.000,00
3.1.0.0 Despesas de Custeio.....(+)R$ 5.000,00
3.1.3.0 Serviços de Terceiros e Encargos.....(+)R$ 5.000,00
3.1.3.1 Remuneração de Serviços Pessoais.....(+)R$ 5.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

9. ENCARGOS GERAIS
9.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.48 Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.0.0.0 Despesas Correntes.....(-)R$ 5.000,00
3.1.0.0 Despesas de Custeio.....(-)R$ 5.000,00
3.1.3.0 Serviços de Terceiros e Encargos.....(-)R$ 5.000,00
3.1.3.2 Outros Serviços e Encargos.....(-)R$ 5.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.321, DE 20 DE MAIO DE 1996.

"Dispõe sobre inclusão de metas ao Plano Plurianual do Município de Tremembé-SP., para o período de 1994 a 1997, aprovado pela Lei Municipal nº 2.105, de 02 de julho de 1993".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Plano Plurianual do Município, para o período de 1994 a 1997, aprovado pela Lei Municipal nº 2.105, de 02 de abril de 1993, fica acrescido das metas constantes dos anexos constantes desta lei, será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício e do Orçamento Anual.

ARTIGO 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no Projeto de Lei Orçamentário, com indicação da fonte de recursos.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N.º 8 506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.321/96.

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE: 1994/1995/1996/1997 ANEXO I FLS. 01

PROGRAMAS	OBJETIVOS
16 - ABASTECIMENTO	
16.05 - Convênio com o D.A.E.E. para limpeza e conservação de drenos e canais de irrigação na cultura do arroz.	- Oferecer condições para o cultivo da cultura do arroz irrigado.
42 - ENSINO FUNDAMENTAL	
42.03 - Reforma e adequação do Galpão para depósito da merenda.	- Dotar a Seção da Merenda Escolar de local apropriado para armazenação de produtos alimentícios.
42.04 - Reforma e adequação de próprio para refeitório dos funcionários.	- Oferecer aos servidores municipais um local apropriado para suas refeições.
75 - SAÚDE	
75.02 - Reativação das Bicas da Água Santa, Nossa Senhora da Glória e outros.	- Tratamento adequado das águas, objetivando oferecer à população água potável, bem como recuperação urbanística das mesmas.
76 - SANEAMENTO	
76.03 - Assinatura de Convênio com a SABESP.	- Abastecimento de rede de água e esgoto nos diversos bairros da cidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

PLANO PLURIANUAL - PERÍODO DE: 1994/1995/1996/1997 ANEXO I FLS.02

PROGRAMAS	OBJETIVOS
88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO 88.05 - Deslocamento do painel localizado próximo ao Jardim Santana para ser fixado a 200m da divisa entre Taubaté-Tremembé.	-Colocação do painel de boas vindas em local mais adequado.

... (012) 272-3411 - FAX: 272-3313 - EST. SÃO PAULO

LEI Nº 2.322, DE 20 DE MAIO DE 1996.

"Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.316, de 22 de abril de 1996."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Nos artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.316, de 22 de abril de 1996, onde se lê:

"ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento fiscal do município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1.	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
13754282.14	Manutenção da Atividades do Serviço de Saúde (Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório).		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)	R$ 10.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+)	R$ 10.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.	(+)	R$ 10.000,00

"ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante redução total da seguinte verba do orçamento vigente:

3.	ASSESSORIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS		
3.1.	ADMINISTRAÇÃO		
03070211.06	Manutenção das Atividades da Assessoria de Assuntos Políticos.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)	R$ 5.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)	R$ 5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)	R$ 5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material de Consumo.	(-)	R$ 5.000,00

Leia-sê:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento fiscal do município, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para aquisição de Equipamentos e Material Permanente, para o Serviço de Saúde abaixo discriminado:

2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1.	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
13754282.14	Manutenção das Atividades do Serviço de Saúde (Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório).	
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(+)	R$ 10.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(+)	R$ 10.000,00
4.1.2.0	Equipamnetos e Material Permanente.(+)	R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante redução total da seguinte verba do orçamento vigente:

3.	ASSESSORIA DE ASSUNTOS POLÍTICOS	
3.1.	ADMINISTRAÇÃO	
03070211.06	Manutenção das Atividades da Assessoria de Assuntos Políticos.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(-)	R$ 5.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)	R$ 5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)	R$ 5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente.(-)	R$ 5.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 1996, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.323, DE 20 DE MAIO DE 1996.

"Introduz alterações e acrescenta dispositivos na Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991 - CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O "caput" do artigo 18 e seu parágrafo 3º, da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991 - CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 18 - As coisas apreendidas serão vendidas em hasta pública pela Prefeitura, no caso de não serem reclamadas e retiradas dentro do prazo de até 10 (dez) dias contados da sua apreensão.

...

§ 3º - No caso de minério-classe z, bem como material ou mercadoria perecível o prazo para reclamação e retirada será de 72 (setenta e duas) horas da apreensão."

ARTIGO 2º - O artigo 18, da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"§ 4º - Na hipótese de coisas apreendidas, de que trata o parágrafo anterior, não vierem a ser reclamadas ou retiradas dentro do prazo assinalado, estas reverter-se-ão, respectivamente, em benefício de obras públicas e do Fundo Social de Solidariedade do Município, sendo que este último as destinará como bem lhe aprouver."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima

Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.324, DE 20 DE MAIO DE 1996.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada Rua AFONSO TEREZA DE JESUS o trecho de continuação da Rua 09, do Parque Vera Cruz, em nosso Município, conhecido como "Estrada do Xavier".

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.325, DE 20 DE MAIO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo, objetivando projetos e obras de interesse turístico.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a que se refere o presente artigo deverá ser firmado nos termos da minuta anexa, que rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

MINUTA DE CONVÊNIO

PROCESSO Nº / - SET.
CONVÊNIO Nº / - SET.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, PELA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DE ESPORTES E TURISMO E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ OBJETIVANDO PROJETOS E OBRAS DE INTERESSE TURÍSTICO.

Aos____ dias do mês de _____ de 1996 (hum mil novecentos e noventa e seis), na Sede da Secretaria de Estado dos Negócios de Esportes e Turismo, situada à Praça Antonio Prado, nº 09, nesta Capital, doravante denominada simplesmente SECRETARIA, neste ato representada por seu Secretário Senhor Marcelo Gonçalves, conforme autorização do Senhor Governador do Estado, exarada nos autos do Processo SET Nº ____/___ e a Prefeitura do Município de Tremembé, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Antonio Carlos Ferreira, autorizado a firmar o presente acordo pela Lei Municipal nº _____, de ____/____/____, obedecidas as disposições da Lei nº 6.544, de 22 de novembro de 1989 e da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, celebram o presente convênio, o qual reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio, projetos e obras de interesse turístico, de acordo com o plano de trabalho aprovado pelos partícipes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Tendo em vista a melhor adequação dos recursos, o projeto de execução das obras poderá ser alterado parcialmente, mediante prévia autorização do Senhor Secretário, fundada em manifestação do Setor Técnico da Secretaria.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA EXECUÇÃO

São executores do presente convênio:

a) pelo Estado, a Secretaria dos Negócios de Esportes e Turismo, doravante denominada SECRETARIA;

b) pelo Município, a Prefeitura Municipal de Tremembé, doravante denominada PREFEITURA.

CLÁUSULA TERCEIRA

DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

Para a execução do presente convênio a SECRETARIA e a PREFEITURA terão as seguintes obrigações:

I - Compete a SECRETARIA:

a) analisar e aprovar a documentação técnica da obra, o plano de trabalho proposto, a documentação administrativa para a formalização do processo, as prestações de contas dos recursos repassados e os laudos de vistoria técnica;

b) acompanhar e supervisionar a execução dos serviços referentes à obra, objeto do presente convênio, ambos de responsabilidade técnica do MUNICÍPIO;

c) repassar ao MUNICÍPIO os recursos alocados, de acordo com a Cláusula Sexta do presente convênio.

II - Compete a PREFEITURA:

a) iniciar a execução das obras previstas no presente convênio até _____após receber os recursos;

b) executar, direta ou indiretamente, sob sua responsabilidade, o objeto da Cláusula Primeira, nos prazos e nas condições estabelecidas, observando a legislação pertinente, bem como os melhores padrões de qualidade e economia;

c) complementar, com recursos próprios, os repassados pela SECRETARIA, cobrindo o custo total da obra;

d) submeter, com antecedência razoável, à aprovação da SECRETARIA, quaisquer alterações que venham a ser feitas nos programas estabelecidos;

e) colocar à disposição da SECRETARIA a documentação referente à aplicação dos recursos, permitindo a mais ampla fiscalização do desenvolvimento do programa objetivado no ajuste;

f) prestar contas das aplicações decorrentes deste convênio, conforme Manual de Orientação cedido pela SECRETARIA, anexo, sem prejuízo do atendimento das isntruções específicas do Tribunal de Contas;

g) responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e outros resultantes do presente convênio, pela guarda da obra até a sua conclusão e por eventuais danos ou prejuízos causados a terceiros ou ao próprio Município em decorrência da execução da obra, isentando-se a SECRETARIA de qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA QUARTA

DO VALOR

O valor do presente convênio é de R$ 176.045,019 (cento e setenta e seis mil, quarenta e cinco reais e dezenove centavos), que serão de responsabilidade do ESTADO e os restantes de responsabilidade da PREFEITURA, conforme os termos constantes do Ofício encartado às fls. ____, do processo epigrafado.

CLÁUSULA QUINTA

DOS RECURSOS

Os recursos necessários à execução do presente convênio são originários do Tesouro do ESTADO e do MUNICÍPIO e irão onerar, no ESTADO, o Elemento Econômico _____ - Transferências a Municípios, Código _____ - Ação: _____ - Func. Programática: _____ - PJ/AT: _____ da dotação orçamentária do corrente exercício da SECRETARIA e no MUNICÍPIO.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos transferidos pela SECRETARIA à PREFEITURA, em função deste convênio, serão depositados em conta vinculada no Banco do Estado de São Paulo S/A ou Nossa Caixa Nosso Banco, devendo ser aplicados, exclusivamente, na execução do objeto deste convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO

a - no período correspondente ao intervalo entre a liberação das parcelas e sua efetiva utilização, a Prefeitura compromete-se a aplicar os recursos, por intermédio do BANESPA ou CAIXA ECONOMICA ESTADUAL (Nossa Caixa, Nosso Banco), em caderneta

de poupança se ou seu uso for igual ou superior a um mês ou em operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando a utilização dos recursos verificar-se em prazos menores que um mês;

b - as receitas financeiras serão obrigatoriamente e exclusivamente aplicadas nas obras objeto deste convênio;

c - a PREFEITURA anexará os extratos bancários, contendo o movimento diário (histórico) da conta, juntamente com a documentação referente à aplicação das disponibilidades financeiras no mercado de capitais, a ser fornecido pela Instituição Financeira, os quais integrarão a prestação de contas, tratada na Cláusula Terceira, II, f;

d - o descumprimento do disposto neste parágrafo obrigará o Município à reposição ou restituição do numerário equivalente aos rendimentos do mercado financeiro no período, acrescido de correção monetária até a data do efetivo depósito.

CLÁUSULA SEXTA

Os recursos de responsabilidade do ESTADO serão repassados de acordo com o cronograma físico-financeiro da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Este convênio poderá, a qualquer tempo, ser denunciado mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias, ressalvada a faculadade rescisão, desde que comprovado o não cumprimento, total ou parcial de quaisquer de suas cláusulas.

PARÁGRAFO ÚNICO - A primeira parcela será repassada, em até 30 (trinta) dias da contabilização da respectiva nota de emprenho e a segunda nos termos do "caput", após a comprovação da boa a regular aplicação da parcela anteriormente liberada, conforme previsto no inciso I do 3º do artigo 116, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

RESPONSABILIDADE DA PREFEITURA

Obriga-se a PREFEITURA, nos casos de não utilizados os recursos para o fim convenjado ou aplicação indevida ou rescisão do ajuste, a devolvê-los, acrescidos de correção monetária,

contada a partir da data do seu repasse e calculada pelo índice de variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP.

CLÁUSULA NONA

DO PRAZO

O prazo de vigência do presente convênio dar-se-á até _____ a partir da data do efetivo recibemento da verba.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente convênio, a PREFEITURA deverá devolver, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas com as aplicações financeiras realizadas.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital para dirimir dúvidas oriundas da execução deste convênio, após esgotadas as instâncias administrativas, reservando-se a SECRETARIA DE ESPORTES E TURISMO o direito de reter a dotação de recursos que eventualmente for objeto de discussão.

E, por estarem de acordo, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das 02 (duas) testemunhas também abaixo assinadas.

Secretário de Estado

~~Prefeito Municipal~~

RG.

CIC.

Testemunhas:

Nome:

RG :

CIC :

Nome:

RG :

CIC :

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.326, DE 24 DE MAIO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), que abaixo se especifica para atender despesas com obras e instalações da Casa da Agricultura:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
04160802.12	Manutenção das Atividades do Convênio entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e a Casa da Agricultura (Lei Municipal nº 1.219, de 08/09/83).		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(+)	R$	5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(+)	R$	5.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....(+)	R$	5.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

9.	ENCARGOS GERAIS		
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO		
03070212.48	Despesas com Outros Serviços e Encargos.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$	5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$	5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....(-)	R$	5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....(-)	R$	5.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 24 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 24 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.327, DE 31 DE MAIO DE 1996.

"Dispõe sobre denominação de via pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominado "RUA OVÍDIO PAULO DE OLIVEIRA", em toda sua extensão, o trecho compreendido entre a Rodovia "Engº João Caetano Álvarez Júnior" e o antigo leito ferroviário, no Jardim Bica da Glória.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 31 de maio de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 31 de maio de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.328, DE 11 DE JUNHO DE 1996.

"Dispõe sobre denominação de logradouro público."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se "LARGO JOSÉ FRANCISCO COUTO" o logradouro público localizado na confrontação das ruas: Inocêncio Lazarim, Souza Ribeiro e Doze de Outubro, conhecido como "Largo do Cruzeiro".

ARTIGO 2º - As placas denominativas do referido logradouro conterão os seguintes termos:

"LARGO JOSÉ FRANCISCO COUTO"

Vereador

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias constantes do orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 11 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.329, DE 11 DE JUNHO DE 1996.

"Dispõe sobre denominação de logradouro público que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominado **"PRAÇA DE EVENTOS IRINEU MANCASTROPPI"** o logradouro situado às margens da Rua Antonio Lourenço Xavier, a partir da confluência desta com a Travessa Hermes da Fonseca e até a Rua 1º de Janeiro, logradouro onde se localiza o prédio da antiga Estação Ferroviária e, após ser cortado pela continuação da Rua Souza Ribeiro, faz divisa lateral com o prédio onde se encontra instalada a "Casa do Artesão".

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 11 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.330, DE 14 DE JUNHO DE 1996.

"Dispõe sobre reajuste de vencimentos, salários, pensões e gratificações e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O MÓDULO I - TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO que serve de base para vencimentos, salários, pensões e gratificações pagos pelos cofres públicos municipais, vigente, fica reajustado da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) a partir de 1º de maio de 1996, sobre o salário de abril de 1996;

II - 4,5% (quatro e meio por cento) a partir de 1º de junho de 1996, sobre o salário de maio de 1996.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, permanecendo em vigor as demais disposições da Lei Municipal nº 2.253, de 28 de abril de 1996.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.331, DE 14 DE JUNHO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que abaixo se especifica para atender despesas com a remuneração de serviços pessoais:

7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
08462282.27	Manutenção das Atividades do Centro de Lazer do Trabalhador.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....	(+)	R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo anterior, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
08462282.27	Manutenção das Atividades do Centro de Lazer do Trabalhador.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)	R$ 10.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Cont. da Lei nº 2.331/96). fls.02.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.332, DE 14 DE JUNHO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo faz saber que a Câmara Municipal aprovou ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial da ordem de R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), para atender despesas de exercícios anteriores, assim classificado:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
13754282.14	Manutenção das Atividades dos Serviços das Seções de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 5.000,00
3.1.9.0	Diversas Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 5.000,00
3.1.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores....	(+)	R$ 5.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo anterior, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
08411852.13	Manutenção das Atividades da Educação Compensatória.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)	R$ 5.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 14 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 14 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.333, DE 21 DE JUNHO DE 1996.

"Dispõe sobre suplementação a crédito adicional especial".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar ao Decreto Municipal nº 2.195/96, da ordem de R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
13754282.14 Manutenção das Atividades dos Serviços das Seções de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.
4.0.0.0 Despesas de Capital.....(+) R$ 10.000,00
4.1.0.0 Investimentos.....(+) R$ 10.000,00
4.1.1.0 Equipamentos e Material Permanente....(+) R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070212.11 Manutenção das Atividades da Supervisão Administrativa de Saúde.
3.0.0.0 Despesas Correntes.....(-) R$ 10.000,00
3.1.0.0 Despesas de Custeio.....(-) R$ 10.000,00
3.1.3.0 Serviços de Terceiros e Encargos.....(-) R$ 10.000,00
3.1.3.2 Outros Serviços e Encargos.....(-) R$ 10.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.334, DE 21 DE JUNHO DE 1996.

"Altera dispositivos e acrescenta outro à Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991 - Código de Posturas do Município."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 149 da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991, fica acrescido do seguinte parágrafo:

"PARÁGRAFO ÚNICO - No depósito haverá um livro de registro do qual constarão dia, hora e local da apreensão, assim como o tipo, a raça, o sexo, a cor e outros sinais que melhor identifiquem os animais apreendidos."

ARTIGO 2º - O Parágrafo Único do artigo 150 e os artigos 151, 152 e 156, todos da Lei Municipal nº 1.990, de 05 de junho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 150 - ...

PARÁGRAFO ÚNICO - Não sendo retirado o animal no prazo referido neste artigo, a Prefeitura efetuará sua venda em hasta pública, bastando, para isso, a publicação de edital, por 2 (dois) dias consecutivos, nos prédios onde funcionam a Prefeitura e a Câmara Municipal de Tremembé."

"ARTIGO 151 - Os animais raivosos, feridos gravemente ou portadores de moléstia contagiosa ou repugnante, que forem apreendidos na conformidade com o artigo 149 desta lei, serão sacrificados imediatamente através de processo que, tanto quanto possível, lhes evite sofrimento."

"ARTIGO 152 - É proibida a criação de bovinos, suínos, ovinos e equinos no perímetro urbano da sede municipal."

"ARTIGO 156 - Na infração de qualquer dispositivo deste Capítulo será imposta a multa de 40 (quarenta) UFIR's - Unidade Fiscal de Referência."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

(LEI N.º 8 506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.335, DE 21 DE JUNHO DE 1996.

"Dispõe sobre reajuste do Módulo I - Tabela de Vencimentos dos Funcionários da Câmara Municipal de Tremembé."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Módulo I - TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO que serve de base para pagamento de vencimentos, gratificações e proventos dos funcionários e servidores da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé fica reajustado da seguinte forma:

I - 5% (cinco por cento) a partir de 1º de maio de 1996, sobre o salário de abril de 1996;

II - 4,5% (quatro e meio por cento) a partir de 1º de junho de 1996, sobre o salário de maio de 1996.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 1996.

ARTIGO 4º - Permanecem em vigor todas as demais disposições constantes da Lei Municipal nº 2.253, de 28 de abril de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 21 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 21 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)
RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.336, DE 26 DE JUNHO DE 1996.

"Dispõe sobre mudança de denominação de próprio municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa a denominar-se ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PRIMEIRO GRAU "PROFESSOR ERNANI GIANNICO", a EMEIPG "Peter Pan".

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 26 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.337, DE 26 DE JUNHO DE 1996.

"Autoriza a alienação de imóvel que especifica, por doação à COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU.

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé autorizada a alienar à COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, por doação, sem quaisquer ônus ou despesas para essa, inclusive as decorrentes de Registro de Escrituras, Certidões, Taxas, Impostos e Emolumentos, os seguintes imóveis situados nesta cidade de Tremembé, Distrito e Município do mesmo nome, Comarca de Taubaté:

ÁREA "B", situada no Parque Nossa Senhora da Glória, no bairro do Caminho Novo, na cidade de Tremembé d/comarca, com frente para a Rua 13, onde mede 50,00 ms de um lado, partindo da mencionada rua 13, segue 49,00 ms dividindo com a Rua 12 daí defletindo à direita e percorrendo 60,00 ms confrontando com a Rua 19, daí defletindo à esquerda e percorrendo 132,00 ms confrontando com terrenos da Petrobrás, daí defletindo à esquerda e percorrendo 120,00 ms confrontando com a Rua 14, com a Rua 13, perfazendo uma área de 6.775,00 m², localizando-se a referida área entre as quadras L e N, do citado loteamento.

ÁREA "C", situada no Parque Nossa Senhora da Glória, no bairro do Caminho Novo, na cidade de Tremembé d/comarca, com frente para a Rua 18, onde mede 60,00 ms de um lado, partindo da mencionada rua, esquina com a Rua 15, deflete à direita e percorrendo uma extensão de 30,00 ms confrontando com a Rua 15, daí defletindo à esquerda e percorrendo uma extensão de 75,00 ms confrontando com a Rua 17, daí defletindo à esquerda e percorrendo uma extensão de 222,00 ms confrontando com a Rua 16; daí defletindo à direita percorrendo uma extensão de 291,00 ms confrontando com a

propriedade de Salvador Iori; daí defletindo à direita e percorrendo uma extensão de 187,00 ms confrontando com terrenos da Petrobrás, encontrando o ponto de partida (esquinas das Ruas 14 e 18), perfazendo uma área de 7.069,50 m².

ARTIGO 2º - A doação a que se refere a presente Lei será feita para que a CDHU destine o imóvel doado às finalidades previstas na Lei nº 905, de 18 de dezembro de 1975.

PARÁGRAFO ÚNICO - A doação será irrevogável e irretratável, salvo se for dada ao imóvel, destinação diversa da prevista na mencionada Lei.

ARTIGO 3º - A Prefeitura Municipal se obrigará, na Escritura de Doação, a responder evicção do imóvel, devendo desapropriá-ço e doá-lo novamente à donatária CDHU se, a qualquer título, for reivindicado por terceiros ou anulada a primeira doação, tudo sem ônus para CDHU.

ARTIGO 4º - A Prefeitura Municipal doadora fornecerá à CDHU, toda a documentação e esclarecimentos que se fizerem necessários e forem exigidos antes e após a Escritura de Doação, inclusive Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social, Certidão da Receita Federal PASEP e/ou PIS e Certidão de FGTS para efeito do respectivo registro.

ARTIGO 5º - Da Escritura de Doação deverão constar, obrigatoriamente, todas as cláusulas e condições estabelecidas nesta lei.

ARTIGO 6º - Enquanto estiverem no domínio da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, os bens imóveis, móveis e os serviços, integrantes do Conjunto Habitacional que ela implantar neste Município, ficam isentos de tributos.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

Cont. da Lei nº 2.337/96. fls.03.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 26 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.338, DE 26 DE JUNHO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio e/ou Contrato com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Para a implantação de programa de construção de casas populares destinadas à população de baixa renda deste Município, com a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, fica o poder Executivo autorizado a estabelecer Convênio e/ou Contrato com a referida Entidade, do qual constarão, entre outras, as seguintes cláusulas, fixando-se com responsabilidade e expensas do Município:

I - Executar toda a infra-estrutura básica necessária ao empreendimento, tais como: redes de água e esgoto e energia elétrica, por seu próprio intermédio ou das respectivas empresas concessionárias de serviço público, bem como colocação de guias e sarjetas, nas vias públicas do referido conjunto e apresentar os termos de compromisso que serão executados os projetos e redes, anteriormente ou concomitantemente às obras de edificação do núcleo residencial em prazos compatíveis, para evitar eventuais atrasos na comercialização das unidades habitacionais;

II - A elaboração do projeto e execução das obras de drenagem necessárias a implantação do conjunto;

III - As obras de terraplenagem, inclusive locação de ruas, quadras e lotes quando das modalidades de Cesta de Materiais de Construção - CM, Auto Construção - AC e Administração Direta - AD;

IV - Que todas as despesas decorrentes de: certidões, emolumentos, taxas, aprovação de plantas de loteamento e das construções, solicitação de "Habite-se", com referência à área de terreno e do respectivo núcleo habitacional e todos os impostos e

taxas incidentes sobre terrenos e/ou construções, quanda ainda de propriedade da CDHU, seja de exclusiva responsabilidade e ônus da Prefeitura e/ou isenta de pagamento.

ARTIGO 2º - O Programa Habitacional será implantado em gleba de propriedade da CDHU e/ou posse do Município, a ser doado à CDHU.

ARTIGO 3º - Enquanto estiverem no domínio da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, os bens imóveis, móveis e os serviços, integrantes do Conjunto Habitacional que ela implantar neste Município, ficam isentos de tributos.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 26 de junho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 26 de junho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.339, DE 05 DE JULHO DE 1996.

"Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1997 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1997 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus fundos e entidades da Administração direta e indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

PARÁGRAFO ÚNICO - As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista somente receberão recursos do Tesouro Municipal através de lei específica, autorizando a subscrição de aumento de capital ou cobertura de déficit, excetuado o pagamento de serviços prestados.

ARTIGO 2º - A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1997 obedecerá as seguintes diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela Legislação Federal.

§ 1º - O montante das despesas não deverá ser superior ao das receitas.

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes a preços de Julho/96, considerando os aumentos ou diminuições de serviços.

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas a preços de Julho de 1996, considerar-se-ão a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, os quais serão objeto de projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Municipal, até quatro meses antes do encerramento do exercício.

(Cont. da Lei nº 2.339/96.) fls.02.

§ 4º - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização legislativa.

§ 5º - O pagamento do serviço da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Artigo 212, da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e no desenvolvimento do ensino de primeiro grau e pré-escolar.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade do Município e o Plurianual aprovado pela Lei Municipal nº 2.105, de 02 de julho de 1993 com suas consequentes alterações, procederá à seleção das prioridades dentre as relacionadas no Anexo I integrante desta lei, e as orçará a preço de julho de 1996.

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderão ser incluídos programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo.

ARTIGO 4º - O Poder Executivo poderá firmar convênios, com vigência máxima de um ano, com outras esferas de governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, sem ônus para o Município.

ARTIGO 5º - As despesas com pessoal da Administração direta e indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente atendendo a Lei Complementar nº 82/95.

§ 1º - Entendem-se como receitas correntes para efeitos de limites do presente artigo a somatória das receitas correntes da Administração direta e das receitas correntes próprias da Administração indireta, provenientes das Autarquias e Furdações Públicas, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta e da indireta nas seguintes despesas:

(Cont. da Lei nº 2.339/96.) fls.03.

- salários;
- proventos de aposentadoria e pensões;
- remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- remuneração dos Vereadores.

§ 3º - A concessão de qualquer vantagem ou o aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos ou entidades da Administração direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas até o final do exercício, obedecido o limite fixado no "caput".

ARTIGO 6º - Fica autorizado a concessão, de ajuda financeira às entidades sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados após a aprovação pelo Poder Executivo, dos planos de aplicações apresentados pelas entidades beneficiadas.

§ 2º - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar os 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira as entidades que não prestaram contas dos recursos anteriormente recebidos, assim como as que não tiveram as suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

ARTIGO 7º - O orçamento anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por Decreto, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município.

ARTIGO 8º - As operações de crédito por antecipação da receita, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

(Cont. da Lei nº 2.339/96.) fls.04.

ARTIGO 9º - O Prefeito Municipal enviará, até o dia 30 de setembro, o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da Sessão Legislativa devolvendo-o a seguir para sanção.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 05 de julho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 05 de julho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I LEI Nº 2.339 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
01	01 - PROCESSO LEGISLATIVO	
	01.01 - Reforma e ampliação do prédio da Câmara Municipal.	- melhorar as condições de funcionalidade do edifício da Câmara Municipal.
	01.02 - Aquisição de equipamentos e material permanente.	- Dotar a Câmara Municipal de equipamentos no sentido de melhorar as condições de trabalho no Legislativo.
02	07 - ADMINISTRAÇÃO	
	07.01 - Reforma e adequação de Paço Municipal.	- Instalar adequadamente os vários setores da Administração, dando-lhes melhores condições de trabalho.
	07.02 - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	- Equipar as várias unidades administrativas com móveis e equipamentos de trabalho, tornando-as mais eficientes.
	07.03 - Reestruturação Administrativa.	- Dotar a Prefeitura de uma nova organização, mais moderna e eficiente na prestação de serviços administrativos e à coletividade.
	07.04 - Elaboração de Novo Plano Diretor.	- Disciplinar o uso e ocupação do solo urbano e ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade - art. 182-CF.
	07.05 - Reforma e Ampliação do Mercado Municipal e adequação do existente.	- Organizar o sistema de abastecimento alimentar do município, possibilitando ao produtor condições de comercialização da produção de produtos hortifrutigranjeiros.
	07.06 - Precatórias.	- Pagamento de precatórias judiciais.
	07.07 - Reforma e adequação do Matadouro Municipal.	- Oferecer melhores condições sanitárias para o abate de animais destinados ao abastecimento da população e para a produção de produtos derivados.
03	08 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	
	08.01 - Implantação do Sistema computadorizado e/ou aquisição de equipamentos e material permanente.	- modernizar os serviços de controle financeiro e atendimento ao público, agilizando as informações e assegurar maior grau de confiança [illegible] dados.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I LEI Nº 2.339 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
	08.02 - Pagamento de despesas de exercícios anteriores.	- Pagamento de despesas de exercícios anteriores.
	08.03 - Amortização da Dívida Fundada.	- Amortização de financiamentos diversos.
04	09 - PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	
	09.01 - Contribuição ao CODIVAP.	- Efetuar contribuições anuais ao CODIVAP.
05	16 - ABASTECIMENTO	
	16.01 - Incremento à produção de hortifruti-granjeiros.	- Baixar o custo da alimentação através do aumento da produção de frutas, verduras e animais de pequeno porte.
	16.02 - Realização de feiras anuais de artesanato.	- Criar condições de comercialização de produtos fabricados artesanalmente por pessoas ou microempresas.
	16.03 - Incentivo a formação de cooperativas e microempresas.	- Dar aos produtores agropecuários do município condições de beneficiamento de seus produtos, possibilitando melhores condições de vendas.
	16.04 - Cooperativa para os servidores municipais.	- Oferecer melhores condições para os servidores adquirirem bens de consumo.
	16.05 - Convênio com o D.A.E.E. para limpeza e conservação de drenos e canais de irrigação na cultura do arroz.	- Oferecer condições para o cultivo da cultura do arroz irrigado.
06	30 - SEGURANÇA	
	30.01 - Instituição da Guarda Municipal.	- Proteger o Patrimônio Público.
	30.02 - Construção de Destacamento Policial.	- Diminuir a criminalidade e dar segurança à população de diversos bairros, através de convênio com o Governo do Estado.
	30.03 - Aplicação da lei que institui a zona de estacionamento.	- disciplinar o tráfego na Zona Central da cidade, no sentido de descongestionar o trânsito.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I LEI Nº 2.339 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
07	41 - EDUCAÇÃO	
	41.01 - Construções de creches.	- Dar condições de atendimento às crianças de famílias carentes de diversos bairros do município.
	41.02 - Construção de Sede do Setor de Educação.	- Construir a sede do Setor de Educação.
	41.03 - Construção e/ou reforma de salas de aula de ensino pré-escolar.	- Oferecer assistência médica, odontológica, alimentar e educacional às crianças do bairro dos Guedes, Jardim Santana, Parque das Fontes, Bairro do Mato Dentro e/ou em outros.
	41.04 - Construção, reforma e/ou adequação para implantação de um Centro Cultural (Museu).	- Construir um centro Cultural (Museu).
	41.05 - Implantação de classes para o ensino pré-escolar.	- Oferecer assistência médica, odontológica, alimentar e educacional às crianças residentes nos bairros rurais, Poço Grande, Padre Eterno e/ou em outros.
	41.06 - Implantação de um prédio para as EMEI's.	- Construir um prédio (Sede Administrativa), para as EMEI's.
08	42 - ENSINO FUNDAMENTAL	
	42.01 - Adequação e reforma da Padaria Municipal.	- Dar melhores condições para oferecer alimentação satisfatória e de melhor qualidade a todos os alunos da rede escolar da pré-escola e ensino fundamental.
	42.02 - Reforma e adequação dos próprios.	- Melhorar o atendimento às crianças em idade escolar, com prédios adequados.
	42.03 - Reforma e adequação do Galpão para depósito da merenda.	- Dotar a Seção da Merenda Escolar de local apropriado para armazenação de produtos alimentícios.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I LEI Nº 2.339 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
	42.04 - Reforma e adequação de próprio para Refeitório dos funcionários.	- Oferecer aos servidores municipais um local apropriado para suas refeições.
09	44 - ENSINO REGULAR	
	44.01 - Bolsas de estudo.	- Efetuar o pagamento das despesas com bolsas de estudos aos funcionários municipais que cursam o Ensino Superior (Lei Municipal nº 1.881/90).
10	46 - EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	
	46.01 - Complementação, manutenção e reforma do Centro de Lazer do Trabalhador.	- Dotar o município de um Centro Esportivo para atender as necessidades e ao desenvolvimento físico e social da juventude.
	46.02 - Construção de parques recreativos.	- Oferecer a população condições de lazer e recreação.
	46.03 - Construção de quadras poliesportivas.	- Oferecer a população condições de lazer e recreação.
	46.04 - Reformas de quadras poliesportivas.	- Reformas de quadras poliesportivas já existentes.
11	48 - CULTURA	
	48.01 - Construção de Biblioteca Municipal e/ou adequação e reforma da existente.	- Dar melhores condições para promover o desenvolvimento cultural e social da população estudantil, oferecendo melhores meios para pesquisa e lazer.
	48.02 - Promoção de seminários de estudo do patrimônio histórico, artístico e cultural do município, anualmente.	- Dotar o município de acervo histórico sobre sua origem, tradição cultural e histórica de seu desenvolvimento.
12	57 - HABITAÇÃO	
	57.01 - Construção de até 300 casas populares.	- Diminuir o déficit residencial, construindo casas pelo programa municipal de construções populares, promovido pelo Governo Federal.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I — LEI Nº 2.339 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
13	58 - URBANISMO 58.01 - Aquisição de máquinas e equipamentos para fábricas de pré-moldados de cimento. 58.02 - Pavimentação de diversas vias urbanas. 58.03 - Construção de muros e passeios de particulares. 58.04 - Construção de abrigos para os usuários de ônibus. 58.05 - Construção, reparação e conservação de muros em próprios municipais.	- ampliar a capacidade de produção da fábrica de pré-moldados de cimento. - Melhorar as condições habitacionais na sede do município, em rua densamente provoadas. - Melhorar o aspecto da cidade através de construção de muros em terrenos abertos. - Dar aos munícipes que usam o transporte coletivo, condições de se abrigarem. - Construir, reparar e conservar os muros e passeios dos próprios municipais.
14	60 - SERVIÇOS E UTILIDADE PÚBLICA 60.01 - Construção de um Horto Florestal. 60.02 - Aquisição de caminhões, máquinas, veículos leves e equipamentos. 60.03 - Iluminação Pública. 60.04 - Aterro Sanitário. 60.05 - Aquisição de carros fúnebres e ambulância. 60.06 - Arquibancadas pré-moldadas em estrutura metálica. 60.07 - Reforma, construção e manutenção de praças, áreas verdes e lazer. 60.08 - Calçadões, ciclo-vias.	- Oferecer à população uma área de lazer. - ampliar a coleta de lixo domiciliar da sede do município. - Dotar de iluminação pública várias ruas e praças do município. - Construção de novo aterro sanitário. - Oferecer melhor assistência aos serviços funerários e atendimento á saúde. - Aquisição de arquibancadas pré-moldadas para atender as festividades. - Oferecer á população condições de lazer. - Construção de calçadões.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I LEI Nº 2.339 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE: 1997.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
	60.09 - Construção, reforma e/ou adequação de cemitério.	- Construção, reforma e/ou adequação de cemitério.
15	62 - INDÚSTRIA	
	62.01 - Instalação de um Distrito Industrial.	- Permitir o desenvolvimento do município e oferecer novas oportunidades de trabalho à população.
16	75 - SAÚDE	
	75.01 - Construção de unidades básicas de Saúde - Posto de Atendimento Médico-PAM.	- Oferecer melhor assistência médica de emergência à população carente dos bairros, cuja construção será efetuada pela AMUSA e/ou pela Administração Municipal.
	75.02 - Reativação das Bicas da Água Santa, Nossa Senhora da Glória e outros.	- Tratamento adequado das águas, objetivando oferecer a população água potável, bem como recuperação urbanística das mesmas
17	76 - SANEAMENTO	
	76.01 - Construção de Galeria de águas pluviais, canalização e retificação de córregos.	- Eliminar as bacias que provocam acúmulo das águas e demais drenagem necessárias ao saneamento de diversos bairros do município.
	76.02 - Construção dos sanitários públicos pré-fabricados/móveis para o período das festividades.	- Construir sanitários públicos pré-fabricados.
	76.03 - Assinatura de Convênio com a SABESP.	- Abastecimento de rede de água e esgoto nos diversos bairros da cidade.
18	81 - ASSISTÊNCIA	
	81.01 - Assistência Social Geral.	- Pagamento do salário família, assistência ao menor.
	81.02 - Assistência Comunitária.	- Subvenção à instituições e/ou entidades assistenciais.
	81.03 - Construção da Sede da Assistência Social.	- Oferecer melhor assistência à pessoas carentes.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO 1 — LEI Nº 2.339 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 199.7.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
19	82. PREVIDÊNCIA	
	82.01 - Previdência a segurados.	- Pagamento de encargos sociais.
	82.02 - Previdência Social a inativos e pensionistas.	- Pagamento de inativos e pensionistas.
20	84 - PASEP	
	84.01 - Previdência Social ao servidor público.	- Pagamento do PASEP.
21	88 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO	
	88.01 - Pavimentação de estradas vicinais e ou abertura e conservação de estradas.	- Oferecer condições satisfatórias para o escoamento de produção rural, através de recursos próprios e/ou convênios junto a esfera Estadual ou Federal.
	88.02 - Construção e recuperação de pontes em áreas rurais e recuperação da cabeceiras das pontes em áreas urbanas.	- melhorar as condições de tráfego nas estradas vicinais que ligam a sede do município e bairros.
	88.03 - Construção de muro de arrimo.	- Construir muro de arrimo em áreas públicas.
	88.04 - Aquisição de uma moto-niveladora, um caminhão pipa, pá-carregadeira, caminhões e veículos leves e utilitários.	- Complementar a frota de máquinas e renovar a frota de caminhões, que em parte já está obsoleta.
	88.05 - Deslocamento do painel localizado próximo ao Jardim Santana para ser fixado a 200m da divisa entre Taubaté-Tremembé.	- Colocação do painel de boas vindas em local mais adequado.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I LEI Nº 2.339 METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 1997.

Nº DE ORDEM	NÚMERO E NOME DO PROGRAMA	O B J E T I V O S
22	91 - TRANSPORTE URBANO 91.01 - Implantação e adequação de sinalização viária.	- Sinalizar as vias urbanas do município para dar aos munícipes a segurança viária devida e padronização da lombadas para redução de velocidade.

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.340, DE 11 DE JULHO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a instituir taxas pela ocupação de espaço público por poste de energia elétrica."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir taxas pela ocupação de espaço público por poste de distribuição de energia elétrica.

ARTIGO 2º - A taxa de que trata a presente lei será fixada por decreto municipal.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o parágrafo único, do artigo 1º, da Lei Municipal nº 1.172, de 25 de outubro de 1982.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de julho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de julho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.341, DE 11 DE JULHO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a firmar o Acordo de Parcelamento de dívida para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, em nome do Município de Tremembé, firmar o Acordo de Parcelamento com a Caixa Econômica Federal - CEF, relativo à dívida junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, na forma da Resolução nº 202, de 12 de Dezembro 1995, do Conselho Curador do FGTS.

ARTIGO 2º - O Poder Executivo, para garantia da avença, fica autorizado a vincular e utilizar cotas do FPM - Fundo de Participação dos Municípios, ou do ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria, durante todo o prazo de vigência do ajuste.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo, durante o prazo do Acordo de Parcelamento, consignará, nos orçamentos anual e plurianual, dotações suficientes ao atendimento das prestações mensais oriundas do ajuste.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de julho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de julho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.342, DE 11 DE JULHO DE 1996.

"Altera tabela constante do artigo 173 da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, modificada pela Lei nº 2.299, de 06 de novembro de 1995."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que à Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A tabela constante do artigo 173, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, modificada pela Lei Municipal nº 2.299, de 06 de novembro de 1995, passa a vigorar com os seguintes valores:

ARTIGO 173 - ...

TABELA

NATUREZA DAS OBRAS	QUANTIDADE DE UFIR PARA CONSTRUÇÃO	REFORMA	AMPLIAÇÃO
1. OBRAS DE:			
a - edifícios ou casas até dois pavimentos, por m² de área construída.....	0,25	0,25	0,25
b - edifícios ou casas com mais de dois pavimentos, por m² de área construída.....	0,25	0,25	0,25
c - dependência em prédios residenciais, por m² de área construída.....	0,15	0,15	0,15
d - dependências em quaisquer outros prédios, para quaisquer finalidades, por m² de área construída.....	0,15	0,15	0,15
e - barracas e galpões por m² de área construída.....	0,10	0,10	0,10
f - fachadas e muros, por metro linear.....	1,00	1,00	1,00
g - marquises, cobertas e tapumes, por metro linear.....	0,10	-	-
h - reparos e demolições, por m².....	-	0,10	-

Cont. da Lei nº 2.352/96. fls.02.

i - execução, colocação ou remoção de bomba de gasolina, chaminé, ou reservatório, enterrado ou elevado, para uso não residencial	-	1,00	-
j - loteamentos de áreas, excetuando-se as destinadas a logradouros públicos, vielas e sistemas de recreio - por m².....	-	0,15	-
l - divisão de áreas voltadas para logradouros públicos oficiais....	-	0,15	-
m - desmembramento de área de porção maior, por m² de área desmembrada	-	0,15	-
n - remanejamento de lotes em loteamentos já aprovados: por m² de área remanejada.....	-	0,15	-
o - unificação de áreas, por m² de área unificada a outra.....	-	0,15	-

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de julho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de julho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.343, DE 11 DE JULHO DE 1996.

"Dispõe sobre suplementação a crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar ao Decreto Municipal nº 2.201/96, da ordem de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2.	**GABINETE DO PREFEITO**		
2.1	**ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**		
13754282.14	Manutenção das Atividades dos Serviços das Seções de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.9.0	Diversas Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores...	(+)	R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária corrente:

2.	**GABINETE DO PREFEITO**		
2.1	**ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**		
15814832.15	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)	R$ 10.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de julho de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de julho de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.344, DE 02 DE SETEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre anistia de débitos e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Todos os débitos para com os cofres municipais referentes aos exercícios de 1990 a 1996, inscritos ou não em dívida ativa, e os referentes aos exercícios anteriores a 1990, já ajuizados, poderão ser quitados sem a multa de 10% e/ou 15%, sem os honorários advocatícios devidos e dispensados os juros de mora, se o fizerem até o dia 31 de outubro de 1996, devendo, entretanto, incidir sobre os mesmos os acréscimos legais, ou seja, atualização monetária, devida conforme legislação vigorante, bem como as despesas ocorridas com oficiais de justiça, peritos, custas processuais, até a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A presente anistia só será válida para pagamento à vista, até a data acima aprazada.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação e terá validade até 31 de outubro de 1996, a contar de sua vigência.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.297 de 1º de novembro de 1995. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 02 de setembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 02 de setembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.345, DE 11 DE SETEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre declaração de utilidade pública do CEEP - Centro de Atendimento e Educação Especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica declarado de utilidade pública o CEEP - CENTRO DE ATENDIMENTO E EDUCAÇÃO ESPECIAL, localizado neste Município, na Rua Dona Zília nº 277, Centro.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de setembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de setembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

RUA 7 DE SETEMBRO, 701 - CEP 12120-000 - ☎ (012) 272-3414 - FAX: 272-3313 - TREMEMBÉ - SP

LEI Nº 2.346, DE 11 DE SETEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre suplementação a crédito adicional especial."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar ao Decreto Municipal nº 2.201/96, da ordem de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
13754282.14	Manutenção das Atividades das Seções de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.9.0	Diversas Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.9.2	Despesas de Exercícios Anteriores...	(+)	R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária corrente:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
15814832.15	Manutenção das Atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos....	(-)	R$ 10.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais....	(-)	R$ 2.500,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(-)	R$ 7.500,00

Cont. da Lei nº 2.346/96. **fls.02.**

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de setembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de setembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.347, DE 11 DE SETEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre a criação da estrutura de alimentação ao escolar".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica constituída a estrutura de alimentação ao escolar, que será constituída da Seção de Merenda Escolar, diretamente subordinada ao Gabinete do Prefeito.

ARTIGO 2º - A Seção de Merenda Escolar será composta das seguintes unidades:

I - Setor de Nutrição;
II - Setor de Copa e Cozinha;
III - Setor de Padaria;
IV - Setor de Almoxarifado.

ARTIGO 3º - Fica extinta a função-atividade de Coordenador da Merenda Escolar, passando o seu ocupante à função-atividade de Chefe da Seção de Merenda Escolar, ao qual competirá a chefia e coordenação de todos os serviços envolvidos pela Seção de Merenda Escolar e pelos setores a ela subordinados.

ARTIGO 4º - O Setor de Nutrição ficará encarregado do controle e distribuição da merenda, análise do cardápio e visitas periódicas às escolas, em obediência às normas legais pertinentes, contando, para isso, com dois técnicos de nutrição.

ARTIGO 5º - Competirá ao Setor de Copa e Cozinha a confecção da alimentação a ser utilizada como merenda, sendo suas atividades desenvolvidas por um cozinheiro e pelas merendeiras que já integram o Quadro Permanente de Servidores da Municipalidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - O cozinheiro prestará serviço junto à cozinha central da Seção de Merenda Escolar e as merendeiras serão lotadas em estabelecimento de ensino e creches municipais.

ARTIGO 6º - Todo o serviço pertinente à área de padaria será realizado pelo Setor de Padaria, através de padeiro e ajudante de padeiro já integrantes do Quadro Permanente de Servidores da Municipalidade.

ARTIGO 7º - Competirá ao Setor de Almoxarifado o controle e a distribuição de todo o material utilizado na merenda escolar, contando, para isso, com um almoxarife e um auxiliar.

ARTIGO 8º - Ficam criadas as funções-atividades abaixo descritas, todas com carga horária de 8 (oito) horas diárias:

QUANTIDADE:	DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA:
01	Chefe da Seção de Merenda Escolar	"35"
02	Técnico de Nutrição da Merenda Escolar	"31"
01	Almoxarife da Seção de Merenda Escolar	"29"
01	Auxiliar de Almoxarife da Merenda Escolar	"16"
01	Cozinheiro da Merenda Escolar	"10"

PARÁGRAFO ÚNICO - As funções-atividades permanentes a que se refere o "caput" deste artigo serão preenchidas através de concurso público e serão regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme dispõe a Lei Complementar nº 10 , de 1º de abril de 1992 - Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais de Tremembé.

ARTIGO 9º - O Prefeito Municipal deverá regulamentar a presente lei no prazo de até 60 (sessenta) dias após a sua publicação, aprovando, por Decreto Executivo, o Regulamento Interno da estrutura de alimentação ao escolar, discriminando as atribuições da Seção de Merenda Escolar e de cada um dos setores que a compõem, bem como das respectivas funções-atividades.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o item 1.3 do inciso I do artigo 16 da Lei Municipal nº 1.717, de 23 de fevereiro de 1989.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 16 de setembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 16 de setembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

LEI Nº 2.348, DE 11 DE SETEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar do Município de Tremembé, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

Artigo 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, de caráter deliberativo, cuja finalidade consiste em orientar a política de aquisição, armazenamento, preparo e distribuição de alimentos destinados à merenda escolar.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será composto da seguinte forma:

I - 1 (um) representante da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, indicado por seu Prefeito Municipal;

II - 1 (um) representante da Câmara Municipal da Estância Turística de Tremembé, indicado por seu Presidente;

III - 1 (um) representante da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, indicado pelo Delegado de Ensino da Delegacia de Ensino de Taubaté;

IV - 1 (um) representante do Corpo Docente das Escolas Municipais de Tremembé, indicado pelo Prefeito Municipal da Estância Turística de Tremembé;

V - 1 (um) representante das Associações de Pais e Mestres, sediadas no município de Tremembé, indicado pelos seus sócios natos;

VI - 1 (um) representante de produtores ou fornecedores do município de Tremembé, indicado pela Casa da Agricultura de Tremembé.

Artigo 3º - Compete aos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, mencionados no artigo anterior, eleger o seu Presidente e o seu Secretário.

Artigo 4º - Somente poderão se candidatar aos cargos mencionados no artigo anterior, os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Artigo 5º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar promoverá as regras da eleição, sendo que o mandato dos cargos

referenciados no artigo 3º, desta lei, será de 2 (dois) anos.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Presidente e o Secretário serão eleitos com a maioria simples dos votos e, em caso de empate, assumirá aquele que tiver maior idade.

Artigo 6º - São atribuições do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, o seguinte:

I - elaborar o próprio regimento;

II - reunir-se ordinariamente pelo menos 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado a critério da maioria dos seus membros;

III - propor, analisar e orientar a política de produção, aquisição e armazenamento dos produtos alimentícios destinados ao preparo e a distribuição da merenda escolar;

IV - colaborar no desenvolvimento das programações de aperfeiçoamento e especialização de pessoal do Estado e da Prefeitura, relacionado às atividades de merenda escolar;

V - emitir pareceres, quando solicitados, sobre as diversas situações relacionadas com a merenda escolar;

VI - promover programas de conscientização da populaçao, sobre o valor do benefício através de estímulo ao consumo e aceitação da merenda escolar;

VII - participar das atividades que estimulem a melhoria da relação escola-comunidade, quando referentes à merenda escolar.

Artigo 7º - Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, o seguinte:

I - convocar e presidir reuniões do Conselho;

II - tomar as providências necessárias para a substituição de conselheiros, nas ausências, impedimentos ou em virtude de dispensa destes;

III - representar o Conselho junto às autoridades ou órgãos legalmente instituídos.

Artigo 8º - Compete ao Secretário do Conselho Municipal de Alimentação Escolar, o seguinte:

I - substituir o Presidente quando do impedimento deste;

II - lavrar as atas das reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - cuidar de todo o expediente do Conselho.

ARTIGO 9º - Os trabalhos elaborados pelos componentes do Conselho Municipal de Alimentação Escolar não serão remunerados, sendo os mesmos considerados como relevantes serviços prestados à população.

ARTIGO 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 11 de setembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 11 de setembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal Substituta

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

(LEI N.º 8.506 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1993)

LEI Nº 2.349, DE 23 DE OUTUBRO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Delegacia Regional do Trabalho - DRT do Estado de São Paulo."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar convênio com a Delegacia Regional do Trabalho - DRT do Estado de São Paulo, com o fim específico de delegar poderes para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ao Posto Local do Trabalho de Tremembé, de acordo com os requisitos expressos no artigo 14 e seguintes da CLT, com as alterações previstas pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.02.1967, nº 926, de 10.10.1969, Lei nº 5.686, de 03.08.1971 e da Lei nº 8.260, de 12.12.1991, além das normas e instruções pertinentes, emitidas pelo Ministério do Trabalho, através do orgão competente.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a que se refere o artigo será firmado nos termos da minuta anexa que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Fica ainda o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução do Convênio referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de outubro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de outubro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

MINUTA

CONVÊNIO MTb/DRT / Nº /93.

Convênio que entre si fazem a Delegacia Regional do Trabalho-DRT do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, visando a descentralização da atividade de emissão de CTPS, de acordo com as disposições contidas na Portaria nº 519, de 02 de abril de 1993.

(Processo nº)

Aos dias do mês de de mil novecentos e noventa e seis, de um lado a Delegacia Regional do Trabalho-DRT, no Estado de São Paulo, conforme Processo MTb. DRT nº , CGC. nº 37.115.367/0030-03 com endereço à Rua Martins Fontes, 109, na cidade de São Paulo, representada neste ato pelo seu Delegado, Sr. Antonio Funari Filho, portador do CPF nº 323.263.608-00, CI nº 2.701.609-2, expedida pela SSP/SP, em 04.12.1986, no uso das atribuições que o cargo lhe confere face à Portaria de Nomeação nº 1012, publicada no DOU em 24.11.92, daqui por diante denominada simplesmente DRT, e de outro lado, a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, inscrita no CGC/MF sob o nº 46.638.714/0001-20, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Antonio Carlos Ferreira, portador do CPF nº 788.876.828-87 e da CI nº 8.751.013, expedida pela SSP/SP, em 23.07.82, no uso de suas atribuições legais, respectivamente, daqui por diante denominado simplesmente Prefeito,tem entre si, justo e contratado, celebram o presente Termo, aprovado pela Consultoria Jurídica do Ministério de Trabalho e em conformidade com as disposições contidas no Decreto-Lei nº 2.300/86 e suas alterações, IN nº 03/90 do DTN/MEFP, Decreto nº 93.872/86 e demais normas que regulam a espécie, às quais os convenentes já se sujeitam, sendo dispensável o processo licitatório com fundamento no inciso X, do art. 22 e seu parágrafo único, do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986 e no art. 13 da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, resolvem de comum acordo pactuar obrigações recíprocas,

através do presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira - Do objeto

O presente convênio, tem por objeto, delegar poderes para emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social-CTPS, ao Posto Local do Trabalho de Tremembé, de acordo com os requisitos expressos no art. 14 e seguintes da CLT, com as alterações previstas pelo Decreto-Lei nº 229, de 28.02.67, nº 926, de 10.10.69, Lei nº 5.686, de 03.08.71 e da Lei nº 8.260, de 12.12.91, além das normas e instruções pertinentes, emitidas pelo Ministério do Trabalho, através do órgão competente, bem como executar o que determina o artigo 42 da CLT.

Parágrafo Único - A proposta, acompanhada do Plano de Trabalho, passará a fazer parte integrante deste Termo, independente de sua transcrição, podendo ser reformulada em comum acordo entre as partes, ao longo de sua execução, sempre que se evidenciar necessário e desde que não altere o objeto do Convênio.

Cláusula Segunda - Das obrigações

I - OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

a) fornecer a Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, bem como as folhas de controle de emissão das mesmas;

b) repassar à Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, toda orientação oficial, que tenha reflexo na emissão de CTPS;

c) treinar o pessoal necessário à execução dos serviços de expedição de CTPS, bem como orientar os referidos serviços;

II - OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA:

a) determinar o horário de funcionamento dos serviços;

b) fornecer local, material de expediente, móveis e recursos humanos necessários à execução dos serviços;

c) determinar o comparecimento e participação em treinamento, seminários e outras convocações por parte da DRT, aos funcionários designados para a prestação dos serviços;

d) remeter à Subdelegacia, Relatório Mensal de Execução, nos moldes a serem estabelecidos pela DRT, que deverá ser encaminhado até o dia 02 do mês subsequente, para fins de controle e estatística;

e) indicar no mínimo 02 (dois) funcionários, para atenderem o serviço decorrente do presente Convênio, que após credenciamento, receberão treinamento na DRT, bem como, as orientações necessárias ao cumprimento das tarefas;

f) informar à DRT, para fins de credenciamento, quando ocorrer substituição de pessoal, indicando imediatamente, o nome e a qualificação do substituto;

g) assumir o ônus decorrente da relação de emprego e demais encargos legais, sejam de que natureza forem, relativos ao pessoal designado para a execução do Convênio, bem como o ônus do treinamento e capacitação de pessoal, no que se refere às despesas de hospedagem, transporte e alimentação;

h) responsabilizar-se pelo transporte e guarda da CTPS, a serem fornecidas pela DRT ou Subdelegacia a que estiver subordinado o posto conveniado;

i) devolver o saldo das CTPS, que estiverem em branco ou inutilizadas na data da extinção do Convênio e nos seguintes casos:

I - quando não for executado o objeto do convênio, ressalvadas as hipóteses de casos fortuitos ou força maior devidamente comprovados;

II - quando a delegação de poderes decorrente do Convênio for utilizada de forma diversa da estabelecida, e quando houver infração à legislação que regulamenta a emissão de CTPS;

j) manter afixado em local visível, no posto emissor, os dizeres contidos no artigo 49 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Cláusula Terceira - Do ônus

O presente instrumento não implica em ônus para as partes e da prestação dos aludidos serviços não serão cobrados taxas ou emolumentos do trabalhador.

Cláusula Quarta - Das penalidades

Os convenentes estão sujeitos às normas que regem a matéria especialmente o Decreto-Lei nº 2.300/86 e suas alterações e o Decreto-Lei nº 5452/43, no que couber e o disposto na Portaria nº 519, de 02 de abril de 1993, sendo responsabilizados cível e criminalmente pelas declarações e emissões de carteiras, em desacordo com a legislação pertinente.

Cláusula Quinta - Da vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, extinguindo-se em 05 (cinco) anos, conforme o Plano de Trabalho, podendo ser prorrogado ou modificado, por meio de aditamentos.

Cláusula Sexta - Das prerrogativas

Constitui prerrogativa da DRT, conservar a autoridade normativa, exercer controle e fiscalização sobre a execução dos serviços decorrentes do presente Convênio, bem como assumir a execução dos serviços em caso de paralização ou de outro fato relevante que possa acarretar a descontinuidade do atendimento.

Cláusula Sétima - Da publicação

O Ministério, providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, do extrato do presente Convênio, no prazo e forma do Decreto-Lei nº 2.300, de 21 de novembro de 1986, e suas alterações, às suas expensas.

Cláusula Oitava - Da rescisão

O presente instrumento poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os convenentes responsáveis pelas obrigações e beneficiando-se das vantagens somente em relação ao tempo em que participaram do Convênio, aplicando, no que couber, as normas reguladoras da matéria.

Parágrafo Único - Constitui motivo para a rescisão do Convênio o descumprimento de qualquer uma das cláusulas pactuadas.

Cláusula Nona - Do foro

Os convenentes neste ato elegem o Foro da Justiça Federal no Estado de São Paulo para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este Instrumento em 02 (duas) vias e 04 (quatro) cópias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo assinadas.

CONVENIADO

DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

TESTEMUNHAS:

LEI Nº 2.350, DE 23 DE OUTUBRO DE 1996.

"Dispõe sobre denominação de via pública."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica denominada **"RUA PEDRO LAZARINI"** a Rua Projetada, sem saída, localizada no final da Avenida da Saudade, à esquerda, cuja extensão é de 160,00 metros.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de outubro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de outubro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.351, DE 23 DE OUTUBRO DE 1996.

"Altera a redação do artigo 1º da Lei Municipal nº 2.327, de 31 de maio de 1996."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O artigo 1º da Lei Municipal nº 2.327, de 31 de maio de 1996, passa a ter a seguinte redação:
"ARTIGO 1º - Fica denominado **Rua Ovídio Paulo de Oliveira**, em toda sua extensão, o trecho compreendido entre a Rodovia Engº João Caetano Álvarez Júnior e o antigo leito ferroviário, no Jardim Bica do Glória, estando neste trecho a área 01-B, objeto da matrícula Nº 67.723, do Cartório de Registro de Imóveis de Taubaté-SP."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 23 de outubro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 23 de outubro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.352, DE 30 DE OUTUBRO DE 1996.

"Dispõe sobre nova redação a dispositivos da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A Tabela de que trata o artigo 179, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas conseqüentes alterações, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 179 - ...

TABELA

ESPÉCIE DE PUBLICIDADE	QUANTIDADE DE UFIR		
	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1. Publicidade relativa a atividade no local, afixada na parte externa ou interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros. Qualquer espécie ou quantidade....	3,00	7,50	21,00
2. Publicidade de terceiros, afixada na parte externa e interna de estabelecimentos industriais, comerciais, agropecuários, de prestação de serviços e outros - Qualquer espécie ou quantidade por interessado na publicidade.....	4,50	10,50	24,00
3. Publicidade:			
3.1 - no interior de veículos de uso público não destinado à publicidade com ramo de negócio - Qualquer quantidade ou espécie, por anunciante.....	3,00	9,00	22,50
3.2 - em veículos destinados a qualquer modalidade de publicidade, sonora ou escrita, na parte externa - Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante.....	6,00	12,00	24,00

3.3 - em cinemas, teatros, circos, boates e similares, por meio da projeção de filmes ou dispositivos - Qualquer quantidade, por anunciante..	6,00	12,00	24,00
3.4 - em vitrines, "STANDS", vestíbulos e outras dependências de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários, de prestação de serviços e outros, para divulgação de produtos ou serviços estranhos ao ramo de atividade do contribuinte - Qualquer espécie ou quantidade, por anunciante.....	6,00	12,00	24,00
4. Publicidade em placas, painéis, cartazes, letreiros, tabuletas, faixas e similares, colocados em tapumes, platibandas, andaimes, muros, telhados, paredes, terraços, jardins, cadeiras, bancos, toldos, mesas, campos de esportes, clubes, associações, qualquer que seja o sistema de colocação, desde que visíveis de quaisquer vias ou logradouros públicos, inclusive as rodovias, estradas e caminhos municipais, estaduais e federais - por anunciante:			
a - até 2 m²....	4,50	10,50	24,00
b - de 2 m² até 6 m²....	7,00	16,00	36,00
c - acima de 6 m²....	10,50	24,00	54,00
5. Publicidade por meio de projeção de filmes, dispositivos ou similares em vias ou logradouros públicos - Qualquer quantidade por anunciante...	6,00	12,00	24,00

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de outubro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de outubro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.353, DE 30 DE OUTUBRO DE 1996.

"Dispõe sobre nova redação ao artigo 3º da Lei Municipal nº 2.317, de 22 de abril de 1996."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 3º da Lei Municipal nº 2.317, de 22 de abril de 1996, passa a ter a seguinte redação:
"ARTIGO 3º - A taxa de licença para funcionamento de que trata o artigo 161, terá seu valor reduzido em 30% (Trinta por cento), para o exercício de 1996 e seguintes.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de outubro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de outubro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.354, DE 30 DE OUTUBRO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar da ordem de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO		
03080332.54	Amortização de Dívida Contratada.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)	R$ 150.000,00
4.3.0.0	Transferência de Capital.....	(+)	R$ 150.000,00
4.3.5.0	Amortização de Dívida Interna.....	(+)	R$ 150.000,00
4.3.5.1	Amortização de Dívida Contratada.....	(+)	R$ 150.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a anulação total das seguintes dotações orçamentárias:

8.	ASSESSORIA E PLANEJAMENTO DE OBRAS		
8.1.2.1	SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS		
10603231.35	Construção de Calçadões e Ciclovias.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)	R$ 100.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)	R$ 100.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)	R$ 100.000,00
10603281.36	Construção de um Horto Florestal.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)	R$ 50.000,00
4.1.1.0	Investimentos.....	(-)	R$ 50.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)	R$ 50.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 30 de outubro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 30 de outubro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.355, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre autorização para edificações e desdobro de lotes no Município de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé autorizada, em caráter excepcional, a permitir edificações e desdobros de lotes nos loteamentos cujos projetos tenham sido regularmente aprovados, até o mês de outubro de 1996, sob a égide da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, desde que atendidas as seguintes exigências mínimas:

I - Abertura de via de circulação, em cuja frente estiver localizado lote a receber edificação ou desdobro;

II - Implantação de rede de abastecimento de água potável ou rede coletora de esgotos, conforme o caso, na via de circulação para a qual faz frente o lote;

III - Colocação de marcos de concreto em todos os lotes da quadra respectiva;

IV - Colocação de guias de concreto na quadra respectiva.

ARTIGO 2º - Por força do disposto no "caput" do artigo 1º, fica suspensa a restrição estabelecida no parágrafo 5º do artigo 24, bem como a proibição encerrada no artigo 25, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, devendo, contudo, serem rigorosamente, observadas as suas demais disposições legais concernentes com os loteamentos abrangidos por esta lei.

§ 1º - A liberação da caução de que trata o § 2º do artigo 24, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, ficará condicionada ao cumprimento de cronograma físico-financeiro dos respectivos loteamentos.

§ 2º - Competirá diretamente ao Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé o acompanhamento do cronograma de que trata o "caput" deste artigo, sob pena de responsabilidade funcional do servidor, apurada através de regular sindicância.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, cessando automaticamente seus efeitos a partir de 30 de outubro de 1997.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.356, DE 1º DE NOVEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar da ordem de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
08424272.33	Setor de Educação e Ensino (Seção de Merenda Escolar) Manutenção das Atividades do Setor.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 30.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 30.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)	R$ 30.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)	R$ 30.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
08424272.33	Setor de Educação e Ensino (Seção de Merenda Escolar) Manutenção das Atividades do Setor.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 30.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 30.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)	R$ 30.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....	(-)	R$ 30.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Cont. da Lei nº 2.356/96). **fls.02.**

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 1º de novembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.357, DE 08 DE NOVEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre anistia de débitos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Todos os débitos para com os cofres municipais referentes aos exercícios de 1990 a 1996, inscritos ou não em dívida ativa, e os referentes aos exercícios anteriores a 1990, já ajuizados, poderão ser quitados sem multa de 10% e/ou 15%, sem os honorários advocatícios devidos e dispensados os juros de mora, se o fizerem até o dia 20 de dezembro de 1996, devendo, entretanto, incidir sobre os mesmos os acréscimos legais, ou seja, atualização monetária, devida conforme legislação vigorante, bem como as despesas ocorridas com oficiais de justiça, peritos, custas processuais, até a data do efetivo pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A presente anistia só será válida para pagamento à vista, até a data acima aprazada.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e terá validade até o dia 20 de dezembro de 1996, a contar de sua vigência.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.344, de 02 de setembro de 1996.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 08 de novembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 08 de novembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.358, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Setor de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional especial, da ordem de R$ 70.000,00 (setenta mil reais), que abaixo se especifica para atender despesas com obras na área de saúde, com recursos do Governo Estadual, através de Convênio já firmado:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
13754282.14	Manutenção das Atividades dos Serviços das Seções de Pronto-Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+) R$	70.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(+) R$	70.000,00
4.1.1.0.	Obras e Instalações.....	(+) R$	70.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial das seguintes dotações orçamentárias:

8.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS		
8.1.1	SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO		
10604281.25	Aterro Sanitário.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-) R$	45.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-) R$	45.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-) R$	45.000,00
10603231.26	Construção de Arquibancadas Pré-Moldadas.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-) R$	25.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-) R$	25.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-) R$	25.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 1996.

(Cont. da Lei nº 2.358/96). fls.02.

Renato Vargas Júnior
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 1996.

Silvana Iora Righeti
Secretária Municipal

LEI Nº 2.359, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar da ordem de R$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
03070202.05	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	30.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	30.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	30.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	30.000,00
13754282.14	Manutenção das Atividades dos Serviços das Seções de Pronto Atendimento, Apoio Técnico e Ambulatório.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	250.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	250.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	250.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	250.000,00
15814872.16	Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	5.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....(+)	R$	5.000,00
4.	ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS		
4.1	ADMINISTRAÇÃO		
03070212.17	Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	10.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros Encargos.....(+)	R$	10.000,00
3.1.3.1.	Remuneração de Serviços Pessoais.....(+)	R$	10.000,00
5.	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA		
5.1.3	SERVIÇO DE ATIVIDADES GERAIS		

(Cont. da Lei nº 2.359/96). fls.02.

03070212.21	Manutenção das Atividades do Serviço de Atividades Gerais (Setor de Protocolo, Setor de Arquivo e Seção de Limpeza e Copa e Seção de Telefonia).		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	10.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	10.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	10.000,00
7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
08482472.30	Manutenção das Atividades do Setor de Cultura - Seção de Fanfarras e Bandas.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	8.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	8.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	8.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	8.000,00
08462282.26	Manutenção das Atividades do Setor de Cultura - Seção de Esportes e Turismo.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	10.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	10.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	10.000,00
8.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS		
8.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO		
03915732.37	Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Trânsito.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	11.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	11.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	11.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	11.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(Cont. da Lei nº 2.359/96). fls.03.

08421882.32	Manutenção das Atividades do Serviço de Educação e Cultura (Setor de Educação e Ensino - Seção de Ensino de 1º Grau - ER).		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$	4.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$	4.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....(-)	R$	4.000.00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....(-)	R$	4.000,00
08411901.08	Construções de Creches.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)	R$	25.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)	R$	25.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....(-)	R$	25.000,00
08411901.09	Construção de Salas de Aulas (Pré-Escolar).		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)	R$	15.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)	R$	15.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....(-)	R$	15.000,00
8.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS		
8.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO		
03070212.35	Manutenção das Atividades do Serviço de Obras Públicas e Viação - Setor de Transportes - Seção de Oficina.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$	15.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$	15.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....(-)	R$	15.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....(-)	R$	15.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)	R$	5.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)	R$	5.000,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente..(-)	R$	5.000,00
16885341.30	Setor de Obras e Planejamento Urbano (Seção de Conservação de Estradas Rurais, Abertura, Pavimentação e Restauração de Estradas, Construção e Restauração de Pontes em Estradas Municipais e/ou Recuperação de Cabeceira de Pontes).		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)	R$	50.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)	R$	50.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....(-)	R$	50.000,00

(Cont. da Lei nº 2.359/96). fls.04.

10583232.38 Setor de Aprovação de Projetos, Loteamentos e Atendimentos a Processos - Seção de Fiscalização de Obras Particulares.

3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)R$	30.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)R$	30.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....(-)R$	30.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais.....(-)R$	30.000,00

10764491.27 Construção de Sanitários Públicos Pré-Fabricados Móveis para o período de festividades.

4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)R$	15.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)R$	15.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....(-)R$	15.000,00

10583232.39 Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Vias Urbanas.

4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)R$	125.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)R$	125.000,00
4.1.9.0	Diversos Investimentos.....(-)R$	45.000,00
4.1.9.1	Sentenças Judiciárias.....(-)R$	45.000,00
4.2.0.0	Inversões Financeiras.....(-)R$	80.000,00
4.2.1.0	Aquisições de Imóveis.....(-)R$	80.000,00

10583231.21 Construção de Muros e Passeios de Particulares.

4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)R$	25.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)R$	25.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....(-)R$	25.000,00

10583231.23 Construção de Muro de arrimo.

4.0.0.0	Despesas de Capital.....(-)R$	25.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....(-)R$	25.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....(-)R$	25.000,00

ARTIGO 3º -Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 1996.

Renato Vargas Júnior
Prefeito Municipal em Exercício

(Cont. da Lei nº 2.359/96). fls.05.

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 1996.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal

LEI Nº 2.360, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar da ordem de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

8.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS		
8.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO		
10583232.38	Setor de Aprovação de Projetos, Loteamentos e Atendimentos a Processos - Seção de Fiscalização de Obras Particulares.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+) R$	10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+) R$	10.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	(+) R$	10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial das seguintes dotações orçamentárias:

8.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS		
8.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO		
10583232.38	Setor de Aprovação de Projetos, Loteamentos a Atendimentos a Processos - Seção de Fiscalização de Obras Particulares.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-) R$	10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-) R$	10.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos....	(-) R$	10.000,00
3.1.3.3	Remuneração de Serviços Pessoais....	(-) R$	10.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 1996.

(Cont. da Lei nº 2.360/96). fls.02.

Renato Vargas Júnior
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 1996.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal

LEI Nº 2.361, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1996.

"Dipõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º -Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremmebé-SP., um crédito adicional suplementar da ordem de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
08411852.13	Manutenção das Atividades da Educação Compensatória.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)	R$ 10.000,00
5.	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA		
5.1.1	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL		
03070212.19	Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 2.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 2.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)	R$ 2.000,00
3.1.3.2.	Outros Serviços e Encargos.....	(+)	R$ 2.000,00
8.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS		
8.1.2.1	SERVIÇOS DE ATIVIDADES URBANAS		
03070212.45	Seção de Manutenção, Conservação de Próprios Municipais e de Praças, Parques e Jardins , e Conservação e Manutenção de Imóveis recebidos em Comodato.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)	R$ 5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)	R$ 5.000,00
9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO		
15824952.68	Encargos com Pensionistas.		

(Cont. da lei nº 2.361/96). fls.02.

3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 10.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes.....	(+)	R$ 10.000,00
3.2.5.0	Transferências a Pessoas.....	(+)	R$ 10.000,00
3.2.5.2	Encargos com Pensionistas.....	(+)	R$ 10.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial e total das seguintes dotações orçamentárias:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
03070201.03	Reforma e Adequação do Paço Municipal.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)	R$ 15.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)	R$ 15.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)	R$ 15.000,00
03070212.10	Manutenção das atividades do Serviço de Relações Públicas.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 7.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 7.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)	R$ 5.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	(-)	R$ 1.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(-)	R$ 1.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(-)	R$ 1.000,00
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)	R$ 2.500,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)	R$ 2.500,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente...	(-)	R$ 2.500,00
4.	ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS		
4.1	ADMINISTRAÇÃO		
03070212.17	Manutenção das Atividades de Assuntos Jurídicos.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)	R$ 2.500,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)	R$ 2.500,00
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente...	(-)	R$ 2.500,00

ARTIGO 3º - Estalei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 1996.

(Cont. da Lei nº 2.361/96). fls.03.0

Renato Vargas Júnior
Prefeito Municipal em Exercício

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de novembro de 1996.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 2.362, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1996.

"Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Tremembé-SP., para o exercíco de 1997."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Orçamento Fiscal do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o exercício de 1997, estima e fixa a despesa em R$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), discriminados pelos anexos integrantes desta lei.

ARTIGO 2º - A RECEITA será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos desta lei, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES			
Receita Tributária	R$ 4.230.000,00		
Receita Patrimonial	R$ 35.000,00		
Receita de Serviços	R$ 50.000,00		
Transferências Correntes	R$ 15.950.000,00		
Outras Receitas Correntes	R$ 1.685.000,00	R$ 21.950.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL			
Transferências de Capital		R$ 50.000,00	R$ 22.000.000,00
TOTAL			R$ 22.000.000,00

ARTIGO 3º - A DESPESA será realizada segundo a discriminação dos Quadros de "Programas de Trabalho" e "Natureza da Despesa", integrantes desta lei.

POR FUNÇÕES DE GOVERNO		
01 - Legislativa	R$	1.300.000,00
03 - Administração e Planejamento	R$	6.034.100,00
04 - Agricultura	R$	70.000,00
08 - Educação e Cultura	R$	5.322.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	R$	3.723.600,00
13 - Saúde e Saneamento	R$	1.802.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$	3.258.800,00
16 - Transporte	R$	489.500,00
TOTAL	R$	22.000.000,00
POR PROGRAMA		
01 - Processo Legislativo	R$	1.092.000,00
07 - Administração	R$	3.689.100,00
08 - Administração Financeira	R$	2.207.000,00
09 - Planejamento Governamental	R$	13.000,00
30 - Segurança Pública	R$	60.000,00
41 - Educação da Criança	R$	1.860.000,00
42 - Ensino Fundamental	R$	2.021.000,00
44 - Ensino Superior	R$	130.000,00
46 - Educação Física e Desportos	R$	809.500,00
48 - Cultura	R$	580.500,00
49 - Educação Especial	R$	20.000,00
58 - Urbanismo	R$	1.778.000,00
60 - Serviços de Utilidade Pública	R$	1.530.000,00

62 - Indústria	R$	390.000,00
75 - Saúde	R$	135.000,00
76 - Saneamento	R$	475.000,00
81 - Assistência	R$	484.000,00
82 - Previdência	R$	2.748.800,00
84 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público-PASEP	R$	220.000,00
88 - Transporte Rodoviário	R$	424.500,00
91 - Transporte Urbano	R$	140.000,00
TOTAL	R$	22.000.000,00
POR CATEGORIA ECONÔMICA		
Despesas Correntes	R$	16.250.200,00
Despesas de Capital	R$	5.749.800,00
TOTAL	R$	22.000.000,00
PODER LEGISLATIVO		
1 - Legislativo	R$	1.300.000,00
PODER EXECUTIVO		
2 - Gabinete do Prefeito	R$	2.506.000,00
3 - Assessoria de Agricultura e Abastecimento	R$	70.000,00
4 - Assessoria de Assuntos Políticos	R$	63.000,00
5 - Assessoria de Assuntos Jurídicos	R$	112.000,00
6 - Assessoria Administrativa	R$	714.000,00
7 - Assessoria de Finanças	R$	1.017.000,00
8 - Assessoria de Educação e Cultura	R$	5.000.000,00

9 - Assessoria de Planejamento e Obras	R$	5.880.000,00
10- Encargos Gerais do Município.	R$	5.338.000,00
TOTAL	R$	22.000.000,00

ARTIGO 4º - O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todos os seus órgãos e fundos, estima a RECEITA e fixa a DESPESA em R$ 2.782.900,00 (dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil e novecentos reais), assim discriminadas:

01 - Legislativo	R$	48.100,00
08 - Educação e Cultura	R$	595.000,00
15 - Assistência e Previdência	R$	2.139.800,00
TOTAL	R$	2.782.900,00

ARTIGO 5º - Fica o Executivo Municipal autorizado a atualizar, por Decreto Executivo, no dia 02 de janeiro de 1997, os valores constantes nas rubricas das Receitas, bem como nas Despesas do Orçamento presente, pela variação acumulada da Unidade Fiscal de Referência - UFIR, que ocorrer no período de dezembro de 1996 a 1º de janeiro de 1997, para compensação de eventual defasagem do valor da moeda corrente.

ARTIGO 6º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - proceder a abertura de créditos suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do Orçamento da Despesa, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64;

II - efetuar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 30% (trinta por cento) da receita liquida estimada, nos termos da legislação em vigor.

III - fica facultado ao Executivo Municipal, instituir o Quadro Auxiliar de Detalhamento de Despesa, junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, através de Decreto, para melhor desenvolvimento e execução do Orçamento Municipal.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1997, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de novembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 29 de novembro de 1996.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal

LEI Nº 2.363, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço trabalhado em empresa do setor privado para fins de aposentadoria e de disponibilidade."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O tempo de serviço que os servidores e funcionários públicos municipais tenham trabalhado em empresas do setor privado será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade.

ARTIGO 2º - O tempo de serviço de que trata o artigo anterior deverá ser comprovado através do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social, demonstrando a condição de contribuinte obrigatório do Instituto Nacional de Seguridade Social ou de qualquer outro instituto previdenciário preexistente.

ARTIGO 3º - Para fins do disposto no artigo 1º desta lei, é assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso, consoante preconiza o inciso XXXIV do artigo 7º da Constituição Federal.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes da execução desta lei onerarão as rubricas próprias consignadas em orçamento, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 04 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 04 de dezembro de 1996.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal

LEI Nº 2.364, DE 04 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar da ordem de R$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
03070202.05	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	30.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	30.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	30.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	30.000,00
03070212.07	Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	3.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	3.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos....(+)	R$	3.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....(+)	R$	3.000,00
03070212.11	Manutenção das Atividades da Supervisão Administrativa.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	55.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	55.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	55.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	55.000,00
15814872.16	Manutenção das Atividades do Fundo Social de Solidariedade.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	10.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....(+)	R$	10.000,00
4.	ASSESSORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS		
4.1	ADMINISTRAÇÃO		

(Cont. da Lei nº 2.364/96). fls.02.

03070212.17	Manutenção das Atividades da Assessoria de Assuntos Jurídicos.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	10.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos....(+)	R$	10.000,00
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais....(+)	R$	10.000,00
5.	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA		
5.1.2	SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO		
03070212.20	Manutenção das Atividades do Serviço de Recursos Materiais e Patrimônio (Setor de Segurança do Patrimônio - Setor de Compras: Seção de Cadastro de Bens Patrimoniais e Seção de Licitação - Setor de Almoxarifado).		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	5.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos....(+)	R$	5.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....(+)	R$	5.000,00
7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
08482472.30	Manutenção das Atividades do Setor de Cultura - Seção de Fanfarras e Bandas.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	10.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	10.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	10.000,00
08411902.31	Setor de Educação e Ensino (Seção de Educação Pré-Escolar).		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	90.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	90.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	90.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	90.000,00
08462282.26	Manutenção das Atividades do Setor de Cultura - Seção de Esportes e Turismo.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	15.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	15.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	15.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	15.000,00

(Cont. da Lei nº 2.364/96). fls.03.

8.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS		
8.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO		
03915732.37	Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Trânsito.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	15.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	15.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	15.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	15.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial da seguinte dotação orçamentária:

9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO		
15824922.63	Pagamento de Encargos Sociais.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$	243.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$	243.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(-)	R$	243.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....(-)	R$	243.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 04 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 04 de dezembro de 1996.

Silvana Iori Righeti
Secretária Municipal

LEI Nº 2.365, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dá nova redação ao inciso V, do artigo 82, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o inciso V, do artigo 82, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, com suas consequentes alterações, a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 82 - ...

V - 0,25 (zero vírgula vinte e cinco por cento), aos preços de serviços previstos nos ítens 12, 13, 14, 15, 18, 19, 37, 57 e 67, da Listagem de Serviços:".

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 18 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.366, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre substituição do QUADRO Nº 3 - PENALIDADES, constante da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, com suas conseqüentes alterações e inclui parágrafo em seu artigo 33."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o QUADRO Nº 3 - PENALIDADES, constante da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, com suas conseqüentes alterações, substituído pelo integrante a esta lei.

ARTIGO 2º - O parágrafo único do artigo 33, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, adicionado nos termos do artigo 2º da Lei Municipal nº 2.294, de 31 de outubro de 1995, passa a ser § 1º, acrescentando-se ao mesmo os seguintes parágrafos:

"ARTIGO 33 - ...

§ 1º - ...

§ 2º - Toda obra de construção ou de reforma dentro do perímetro urbano do Município estará sujeita a prévia obtenção de licença que deverá ser requerida junto à Prefeitura Municipal, observando-se o disposto no artigo 44.

§ 3º - As obras de construção ou de reforma não licenciadas perante a Prefeitura Municipal, estarão sujeitas ao embargo, multa e demolição, de acordo com o disposto no Quadro Anexo 3, desta lei."

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 18 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

QUADRO Nº 3 - PENALIDADES

ANEXO A LEI DE PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE TREMEMBÉ

ARTIGO INFRINGIDO	PENALIDADE	OBSERVAÇÕES
ARTIGO 4º	Embargo da obra e multa de 5.000 UFIR - Unidade Fiscal de Referência por KM de via aberta ou fração, renovável a cada trinta dias, até regularização.	----
ARTIGO 5º	Embargo da obra e multa de 80 UFIR - Unidade Fiscal de Referência por dia, até regularização.	----
ARTIGO 7º	Embargo da obra e multa de 800 UFIR - Unidade Fiscal de Referência por infração, renovável a cada 30 (trinta) dias, ou fração, até regularização.	----
	Multa de 30% (trinta por cento) do valor da(s) obra(s) exigida(s) e não executada(s).	Válida somente para o § único do artigo 7º.
ARTIGO 14 e PARÁGRAFOS	Embargo da obra e multa de 5.000 UFIR - Unidade Fiscal de Referência por Km de via aberta, ou fração, renovável a cada 30 (trinta) dias, até regularização.	----
ARTIGO 16	Embargo da obra e multa de 5.000 UFIR - Unidade Fiscal de Referência por Km de via aberta, ou fração, renovável a cada 30 (trinta) dias, até regularização.	----

ARTIGO 19 e PARÁGRAFOS	Embargo da obra e multa de 800 UFIR - Unidade Fiscal de Referência renovável a cada 30 (trinta) dias, até regularização.	----
ARTIGO 23	Multa de 30% (trinta por cento) do valor da(s) obra(s) exigida(s) e não executada(s).	----
ARTIGO 33	Embargo e multa de 80 UFIR - Unidade Fiscal de Referência por dia, caso não haja atendimento ao embargo. No caso de impossibilidade de enquadramento da obrá às normas petinentes à respectiva edificação, ou após a aplicação de 30 (trinta) multas a mesma estará sujeita a demolição.	Válida para todo e qualquer ítem do Quadro nº 2 e suas
ARTIGO 40 e § 2º	Embargo da obra, demolição das partes construídas irregularmente e suspensão das atividades, e, multa de 80 UFIR - Unidade Fiscal de Referência por dia, até regularização.	----

LEI Nº 2.367, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre a criação do "Feirão de Domingo" e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criado o "Feirão de Domingo", do qual poderá participar qualquer pessoa residente no Município de Tremembé, com total isenção do pagamento de quaisquer taxas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para que o feirante possa comercializar produtos no "Feirão de Domingo", o mesmo deverá se inscrever junto ao Fundo Social de Solidariedade do Município, apresentando comprovante de residência.

ARTIGO 2º - O Feirão de que trata o artigo anterior funcionará sempre aos domingos no horário das 6:00 (seis) às 14:00 (quatorze) horas, em local a ser determinado pela Administração Municipal.

ARTIGO 3º - Fica terminantemente proibido ao feirante a comercialização de quaisquer espécies de carnes, inclusive aves e peixes.

ARTIGO 4º - Fica obrigado o feirante a manter o local onde montou seu ponto comercial devidamente limpo, após o horário do encerramento do Feirão.

ARTIGO 5º - A não observância do disposto nos artigos 3º e 4º, desta lei, acarretará na cassação definitiva da licença do feirante.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 18 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.368, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre nova redação ao artigo 324 e seu Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Passa o artigo 324 e seu Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 1.985, de 14 de maio de 1991, a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 324 - A prova da quitação de quaisquer tributos será por certidão negativa, expedida à vista de requerimento, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua Pessoa Física ou Jurídica, domicílio residencial e/ou fiscal, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF e/ou Cadastro Geral de Contribuintes - CGC, expedido pelo Ministério da Fazenda Federal, ramo de negócio ou atividade, e indique o período a que se refere o pedido, vinculando-se os débitos referentes a qualquer situação Física ou Jurídica.

PARÁGRAFO ÚNICO - A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 10 (dez) dias da data da entrada do requerimento na repartição.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, 18 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 18 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.369, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre autorização para celebrar convênio com o Centro de Atendimento e Educação Especial - CEEP e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Sociedade Filantrópica - Centro de Atendimento e Educação Especial para prestação de serviços aos portadores de deficiências mentais e de distúrbios de aprendizagem em condições sócio-econômicas precárias.

ARTIGO 2º - Caberá à Administração Municipal, através de seu departamento competente, executar a triagem dos candidatos a serem matriculados no Centro de Atendimento e Educação Especial, que não poderá exceder ao número de 40 (quarenta) deficientes.

PARÁGRAFO ÚNICO - A seleção de que trata este artigo respeitará, entre outros requisitos, as condições sócio-econômicas do candidato.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo Municipal poderá doar merendas ao Centro de Atendimento e Educação Especial e promover o transporte de deficientes carentes residentes na zona rural do Município.

ARTIGO 4º - A remuneração mensal dos serviços prestados pelo Centro de Atendimento e Educação Especial será fixada através de Decreto Municipal, respeitado o limite estabelecido no artigo 2º desta lei.

ARTIGO 5º - O convênio de que trata a presente lei poderá ser celebrado com prazo de duração de até 04 (quatro) anos, podendo ser prorrogado por igual prazo mediante autorização legislativa.

ARTIGO 6º - Fica expressamente vedado ao Poder Executivo Municipal o repasse de auxílios ou subvenções, a que título for, ao Centro de Atendimento e Educação Especial durante a vigência do convênio.

ARTIGO 7º - Fica fazendo parte integrante da presente lei a minuta que a acompanha, que deverá ser rubricada pelos Membros da Mesa da Câmara Municipal de Tremembé.

ARTIGO 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e a sua execução onerará os recursos próprios consignados na lei orçamentária.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Perreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

MINUTA

/Nº /96.

Convênio que entre si fazem a Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé e o CEEP - Centro de Atendimento e Educação Especial, visando o atendimento a pessoas portadoras de deficiências mentais e distúrbios de aprendizagem, em condições sócio-econômicas precárias.

Aos dias do mês de de mil novecentos e noventa e seis, de uma lado a Prefeitura Municipal da Estância Turísitca de Tremembé, inscrita no CGC/MF sob o nº 46.638.714/0001-20, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Senhor Antonio Carlos Ferreira, portador do CPF nº 788.876.828-87 e da CI nº 8.751.013, expedida pela SSP/SP, em 23.07.82, e do outro lado, o CEEP - Centro de Atendimento e Educação Especial, inscrita no CGC/MF sob o nº 00.462.518/0001-47, neste ato representada pela Coordenadora Operacional a senhora Vânia Cristina Bazzo Nasraui Calçada, portadora do CPF nº 120.118.228-07 e da CI nº 17.917.817, expedida pela SSP/SP, em 12.08.83, tem entre si justos e contratados o seguinte convênio:

Cláusula Primeira - Do Objeto

O presente convênio, tem por objeto, a prestação de serviços a pessoas com deficiências mentais e de distúrbios de aprendizagem, em condições sócio-econômicas precárias.

Cláusula Segunda - Das Obrigações

I - OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL:

a) promover a triagem dos candidatos matriculados no CEEP;

b) remunerar os serviços prestados, na quantia de (valor a ser fixado por Decreto).

c) promover o transporte dos deficientes carentes que residem na Zona Rural do Município;

d) a Prefeitura Municipal poderá ceder ao CEEP pessoal nas áreas de secretaria, serviços gerais, merenda, bem como, doar merenda a ser destinada na alimentação dos alunos matriculados.

II - OBRIGAÇÕES DO CEEP:

a) promover a multi avaliação, por especialistas, para aceitação do candidato a ser matriculado, não ultrapassando o número de 40 (quarenta) atendidos;

b) oferecer serviços pedagógicos, psicológicos, fonaudiológicos, de educação física, assistência social, encaminhamentos médico-odontológicos, fisioterapia, e ainda oficinas pré profissionalizantes.

Cláusula Terceira - Do Prazo

O convênio de que trata a presente lei, terá duração de 05 (cinco) anos, prorrogável por igual prazo, através de Decreto, se o interesse público o exigir.

Cláusula Quarta - Da rescisão

O presente convênio poderá ser rescindido em caso de descumprimento de qualquer uma das cláusulas pactuadas.

Claúsula Quinta - Do foro

Os convenentes neste ato elegem o Foro de Tremembé, Comarca de Taubaté, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Convênio, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza do que foi pactuado, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma perante as testemunhas abaixo assinadas.

Prefeitura Municipal | **CEEP**

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF e CI:

Nome:
CPF e CI:

LEI Nº 2.370, DE 2º DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aberto ao Orçamento Fiscal do Município de Tremembé-SP., junto ao Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade, um crédito adicional suplementar da ordem de R$ 528.000,00 (quinhentos e vinte e oito mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

2.	GABINETE DO PREFEITO		
2.1.	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		
04160802.12	Manutenção das Atividades do Convênio entre a Prefeitura Municipal de Tremembé e a Casa de Agricultura (Lei Municipal nº 1.219, de 08/09/83.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 10.000,00
3.1.2.0	Material de Consumo.....	(+)	R$ 10.000,00
5.	ASSESSORIA ADMINISTRATIVA		
5.1.2	SERVIÇO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMÔNIO		
03070212.20	Manutenção das atividades do Serviço de Recursos Materiais e Patrimônio - Setor de Segurança do Patrimônio - Setor de Compras: Seção de Cadastro de Bens Patrimoniais e Seção de Licitação - Setor de Almoxarifado.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 60.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 60.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)	R$ 60.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)	R$ 60.000,00
5.1.3	SERVIÇO DE ATIVIDADES GERAIS		
03070212.21	Manutenção das atividades do Serviço de Atividades Gerais - Setor de Protocolo, Setor de Arquivo e Seção de Limpeza e Copa e seção de Telefonia.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 5.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 5.000,00

(Cont. da Lei nº 2.370/96). fls.02.

3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	5.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	5.000,00
6.	ASSESSORIA DE FINANÇAS		
6.1.1	SERVIÇO DE FINANÇAS		
03080322.23	Manutenção dos serviços do Setor de Contabilidade e do Setor de Tributação.		
3.0.0.0	Despésas Correntes.....(+)	R$	90.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	90.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	90.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	90.000,00
7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
04411007.41	Setor de Educação - Ensino - Seção de Educação Pré-escolar.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	130.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	130.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	130.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	70.000,00
3.1.1.3	Obrigações Patronais.....(+)	R$	60.000,00
8.	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS		
8.1.1	SERVIÇO DE OBRAS PÚBLICAS E VIAÇÃO		
03070212.35	Manutenção das Atividades do Serviço de Obras Públicas e Viação - Setor de Transporte - Seção de Oficina.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	15.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	15.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	15.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	15.000,00
16885342.42	Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Estradas Rurais.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(+)	R$	8.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(+)	R$	8.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(+)	R$	8.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(+)	R$	8.000,00
10583232.39	Setor de Obras e Planejamento Urbano - Seção de Conservação de Vias Públicas.		

(Cont. da Lei nº 2.370/96). Fls.03.

3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 40.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 40.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(+)	R$ 40.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(+)	R$ 40.000,00
9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO		
03080212.48	Despésas con Outros Serviços e Encargos.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 50.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(+)	R$ 50.000,00
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos.....	(+)	R$ 50.000,00
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos.....	(+)	R$ 50.000,00
03080332.53	Pagamento de Juros da Dívida Contratada.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(+)	R$ 20.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes.....	(+)	R$ 20.000,00
3.2.6.0	Encargos da Dívida Ativa.....	(+)	R$ 20.000,00
3.2.6.1	Pagamento de Juros da Dívida Contratada.....	(+)	R$ 20.000,00
03080332.54	Amortização da Dívida Contratada.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(+)	R$ 100.000,00
4.3.0.0	Transferências de Capital.....	(+)	R$ 100.000,00
4.3.5.0	Amortização da Dívida Interna.....	(+)	R$ 100.000,00
4.3.5.1	Amortização da Dívida Contratada.....	(+)	R$ 100.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura das despesas a que se refere o artigo 1º, será efetuada com a redução parcial das seguintes dotações orçamentárias:

7.	ASSESSORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
7.1.1	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
08421882.32	Manuténção das atividades do Serviço de Educação e Cultura - Setor de Educação e Ensino - Seção de Ensino de 1º Grau-ER.		
3.0.0.0	Despesas Correntes.....	(-)	R$ 40.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....	(-)	R$ 40.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....	(-)	R$ 40.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....	(-)	R$ 40.000,00
08421881.10	Construção de Grupos Escolares.		
4.0.0.0	Despesas de Capital.....	(-)	R$ 68.000,00
4.1.0.0	Investimentos.....	(-)	R$ 68.000,00
4.1.1.0	Obras e Instalações.....	(-)	R$ 68.000,00

(Cont. da Lei nº 2.370/96). fls.04.

8.1.1	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E OBRAS	
8.1.2.1	SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS	
10603252.44	Seção de Limpeza Pública - Manutenção.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$ 200.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$ 200.000,00
3.1.0.0	Pessoal.....(-)	R$ 200.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(-)	R$ 200.000,00
03070212.43	Seção de Manutenção, Conservação de próprios municipais e de Praças, Parques e Jardins, e conservação e manutenção de imóveis recebidos em comodato.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$ 80.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$ 80.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(-)	R$ 80.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(-)	R$ 80.000,00
16885322.45	Manutenção do Terminal Rodoviário de Passageiros.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$ 10.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(-)	R$ 10.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(-)	R$ 10.000,00
8.1.2.3	SERVIÇO DE ATIVIDADES URBANAS	
10603252.47	Manutenção das Atividades do serviço de Atividades Urbanas - Setor de Serviços Urbanos - Seção de Serviços Funerários e Cemitérios.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$ 10.000,00
3.1.0.0	Despesas de Custeio.....(-)	R$ 10.000,00
3.1.1.0	Pessoal.....(-)	R$ 10.000,00
3.1.1.1	Pessoal Civil.....(-)	R$ 10.000,00
9.	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	
9.1	DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO	
08480312.57	Contribuição Financeira as Escolas de Samba do Município.	
3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$ 10.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes.....(-)	R$ 10.000,00
3.2.3.0	Transferências a Instituições Privadas.....(-)	R$ 10.000,00
3.2.3.1	Contribuição Financeira as Escolas de Samba do Município.....(-)	R$ 10.000,00
15824952.67	Encargos com Inativos.	

(Cont. da Lei nº 2.370/96). fls.05.

3.0.0.0	Despesas Correntes.....(-)	R$ 110.000,00
3.2.0.0	Transferências Correntes.....(-)	R$ 110.000,00
3.2.5.0	Transferências a Pessoas.....(-)	R$ 110.000,00
3.2.5.1	Encargos com Inativos.....(-)	R$ 110.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.371, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre concessão de uso de espaço público para construção de boxes na parte externa do Mercado Municipal".

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o uso de espaço físico para construção de 15 (quinze) boxes na parte externa do Mercado Municipal, mediante concorrência pública, obedecendo a legislação vigente.

ARTIGO 2º - O vencedor da concorrência pública deverá custear toda a obra de construção do boxe, obedecendo o projeto do mesmo, o qual será elaborado pela Administração Municipal.

ARTIGO 3º - Pelo ato de custeio de toda a obra de construção do boxe, o vencedor da concorrência pública estará isento do aluguel do mesmo por um período de 10 (dez) anos.

ARTIGO 4º - A mercadoria a ser comercializada não poderá ser de gênero alimentício, ficando assim autorizada a comercialização de roupas, sapatos, armarinhos em geral e afins obedecendo as mínimas condições de higiene.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.372, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Dispõe sobre correção de classificação orçamentária de Projeto/Atividade, constante de Leis Municipais já editadas."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Nas Leis e Decretos Municipais já editados desde 1º de janeiro de 1996;

- ONDE SE LÊ:

08421882.23

03070212.45

- LEIA SE:

08421882.32

03070212.43

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1996. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.373, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Revoga, em todos os seus termos a Lei Municipal nº 2.318, de 14 de maio de 1996."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica revogada, em todos os seus termos, a Lei Municipal nº 2.318, de 14 de maio de 1996.

ARTIGO 2º - Passa a vigorar em todos os seus termos a Lei Municipal nº 2.051, de 31 de agosto de 1992.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário. Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.374, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Altera a redação de artigos da Lei Municipal nº 790, de 16 de setembro de 1971."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os artigos 188 e 189 da Lei Municipal nº 790, de 16 de setembro de 1971 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Tremembé, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 188 - Pagar-se-á adicional de cinco, dez, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco por cento sobre os vencimentos do funcionário que completar, respectivamente, cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta e trinta e cinco anos de serviço, devidamente comprovados."

"ARTIGO 189 - Pagar-se-á ao funcionário, após vinte cinco anos de serviço, devidamente comprovados, a sexta parte dos vencimentos integrais."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.375, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Altera a redação do artigo 2º, da Lei Municipal nº 2.005, de 09 de setembro de 1991."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Artigo 2º da Lei Municipal nº 2.005, de 09 de setembro de 1991, passa a ter a seguinte redação:
"ARTIGO 2º - Será permitida, para a Zona Central Zc, do Perímetro Urbano do Município da Estância Turística de Tremembé, criada pela Lei Municipal nº 1.472 de 20 de outubro de 1986, a construção de edifícios com até 06 (seis) pavimentos, observadas a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento constante do Quadro Anexo nº 2, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, e suas alterações.
PARÁGRAFO ÚNICO - Excetuam-se do disposto neste artigo as construções localizadas em zonas onde já form permitido maior número de pavimentos,"

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

LEI Nº 2.376, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a celebrar convênio com a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S/A, para administração e operação das podas de árvores, preventivas, corretivas e emergenciais, envolvendo o corte de galhos e sua remoção, e as replantas com espécies de pequeno porte; necessárias à desobstrução, preservação e manutenção das redes de energia elétrica instaladas nos logradouros públicos do Município de Tremembé, visando assegurar o fornecimento contínuo de energia, a segurança da população e a melhoria da luminosidade das ruas.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

M I N U T A

CONVÊNIO PARA REALIZAÇÃO DE PODA DE ÁRVORES E REPLANTAS

Pelo presente instrumento, de um lado a ELETROPAULO-ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A, doravante designada ELETROPAULO, concessionária de serviços públicos federais de energia elétrica, com sede nesta Capital, na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 100, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes no Ministério da Fazenda sob nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada, na forma de seu Estatuto Social, por seu Presidente, EDUARDO JOSÉ BERNINI, e por seu Diretor de Distribuição, EDUARDO JOSÉ PEREIRA COELHO e, de outro lado, a Prefeitura Municipal de , com sede no mesmo Município, doravante denominada simplesmente Prefeitura, neste ato representada pelo Prefeito ANTONIO CARLOS FERREIRA, Resolvem, em vista da disciplina relativa ao corte e podas de vegetação de porte arbóreo existentes no Município de _____ _____ e das obrigações pertinentes à conservação e preservação das instalções dos serviços de energia, celebrar Convênio de Cooperação Técnica e Operacional para a realização de podas de árvores e replantas, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA 1 - DO OBJETO

1.1 - O presente Convênio tem por objetivo o estabelecimento da forma das participações da ELETROPAULO e da PREFEITURA para a administração e operação das podas de árvores, preventivas, corretivas e emergenciais, envolvendo o corte de galhos e sua remoção, e as replantas com espécies de pequeno porte; necessárias à desobstrução, preservação e manutenção das redes de energia elétrica instaladas nos logradouros públicos do Município de , visando assegurar o fornecimento contínuo de energia, a segurança da população e a melhoria da luminosidade das ruas.

CLÁUSULA 2 - DAS RESPONSABILIDADES

2.1 - As responsabilidades das partícipes para a consecução do estabelecido na cláusula 1, deste instrumento, assim se definem:

2.1.1 - A ELETROPAULO realizará os serviços relativos ao corte de galhos de árvores, de forma emergencial através de recursos próprios ou de terceiros especialmente para este fim.

2.1.1.1 - São serviços de podas de árvores, a cargo da ELETROPAULO, aqueles relativos ao corte de galhos de árvores que estejam interferindo na rede de energia elétrica, respeitando-se as Normas Técnicas relativas aos serviços.

2.1.2 - As partícipes realizarão todas as podas preventivas e corretivas nas árvores que estejam na eminência de interferir na rede de distribuição de energia. Para tanto haverá prévia programação dos serviços ELETROPAULO e PREFEITURA.

2.1.3 - A PREFEITURA irá disponibilizar e gerenciar material e mão de obra necessários à remoção dos galhos e folhagem das árvores podadas.

2.1.4 - As partícipes irão disponibilizar material, equipamento e mão de obra necessário ao transporte de mudas e à replanta, cabendo a PREFEITURA orientar o plantio e fornecer as espécies de pequeno porte.

CLÁUSULA 3 - DOS PROCEDIMENTOS

3.1 - Para o cumprimento do disposto na Cláusula 2 deste Convênio, a ELETROPAULO e a PREFEITURA, atendendo a legislação municipal, observarão o seguinte procedimento:

3.1.1 - As partícipes realizarão os serviços de corte de galhos das árvores, nas formas preventiva e corretiva, e a PREFEITURA efetuará a remoção de galhos.

3.1.2 - Nos casos de emergência, a ELETROPAULO imediatamente ao registro da ocorrência e constatando haver obstrução ou qualquer interferência na rede, executará os serviços de corte de galhos de árvores para assegurar o fornecimento de energia.

3.1.3 - Serão distribuidos pela PREFEITURA comunicados conjuntos aos moradores da região por ocasião da execução das podas preventivas, conforme modelo anexo.

3.1.4 - No período das águas, de Novembro a meados de Março, os partícipes iniciarão o processo de replanta sob a rede elétrica, a partir da área central da cidade, intercalando espécies de pequeno porte com as árvores existentes, concluindo-se ao fim de 02 (dois) anos com o corte definitivo das espécies de grande porte.

CLÁUSULA 4 - DOS CUSTOS

4.1 - As partícipes, para a administração e operação das podas de árvores e demais serviços congêneres conveniados, expenderão recursos para a consecução de suas tarefas, competindo a cada qual, de acordo com as suas regras internas, alocar as verbas necessárias ao custeio de suas obrigações.

4.1.1 - Os custos de toda a natureza incorridos, a qualquer tempo, com o fornecimento de mão-de-obra, aparelhamento e materiais necessários a execução das podas de árvores e replantas, serão arcados individualmente por cada partícipe.

4.1.2 - A ELETROPAULO fornecerá todo o papel para a impressão dos comunicados e a PREFEITURA efetuará sua impressão.

CLÁUSULA 5 - DA VIGÊNCIA

5.1 - Este Convênio terá vigência de 02 (dois) anos, a contar de sua assinatura, podendo esse prazo, por acordo das partícipes, ser prorrogado ou reduzido mediante a celebração de competente Termo Aditivo, desde que observada a antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término deste instrumento.

CLÁUSULA 6 - DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - A execução das atividades deste Convênio, nos termos da cláusula 4, serão realizadas com recursos orçamentários destinados especificamente para esse fim.

6.2 - As partícipes, por acordo, elegem como único e competente para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas do presente Convênio, ou de seus eventuais termos aditivos, o Foro _____ quando não resolvidas por consenso.

E, por estarem justas e acordadas, e para que produzam todos os efeitos legais, assinam as partícipes o presente Convênio, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

_____, de _____ de 1996.

Pela ELETROPAULO-Eletricidade de São Paulo S/A.

Eduardo José Bernini
Presidente

Eduardo José Pereira Coelho
Diretor de Distribuição

PELA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE _____

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

1 - _____

Nome:

R.G.

C.I.C

2 - _____

Nome:

R.G

C.I.C

LEI Nº 2.377, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

"Autoriza o Poder Executivo a permitir o uso de imóvel municipal."

O PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica permitido o uso, a título precário, pelo prazo de 90 (noventa) anos, à MITRA DIOCESANA de Taubaté, do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, situado neste Município, caracterizado pelo croqui e memorial descritivo anexos, que rubricado pelo Senhor Prefeito, fica fazendo parte integrante desta lei, para edificação de uma Igreja desde que as obras de construção sejam iniciadas dentro do prazo máximo de 04 (quatro) anos, a partir da data da promulgação desta lei: **"área de terreno situado à Rua São Pedro, na Vila Santo Antonio, neste município, com a seguinte descrição planimétrica: Inicia-se na confluência da Rua São Pedro, com propriedade do INCRA e a área em questão e segue uma distância de 22,62 metros com frente para Rua São Pedro; daí deflete à direita e segue 28,60 metros confrontando com a Rua Santa Marta; daí deflete à direita e segue 21,00 metros confrontando com propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé com qual faz fundos; daí deflete à direita e segue 37,00 metros confrontando com propriedade do INCRA fechando assim o perímetro e encerrando uma área de 688,80 metros quadrados"**, nos termos do artigo 119, § 3º, da Lei Orgância do Município de Tremembé.

PARÁGRAFO ÚNICO - Ficará cancelada a permissão de que trata o artigo, caso não seja atendido o prazo estipulado para o início da obra.

ARTIGO 2º - Nos casos de extinção ou dissolução da entidade, bem como alteração do destino do imóvel, será o mesmo restituído ao Município, incorporando-se ao seu patrimônio todas as benfeitorias nele contruídas, ainda que necessárias, independentemente de qualquer pagamento, seja a que título for.

(Cont. da Lei nº 2.377/96). fls.02.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, em 20 de dezembro de 1996.

Antonio Carlos Ferreira
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé, aos 20 de dezembro de 1996.

Eliana Maria Neves de Lima
Secretária Municipal

MEMORIAL DESCRITIVO

PARA PERMISSÃO DE USO

PROPRIETÁRIO: **Concedente:** Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé.

Concessionário: Mitra Diocesana

LOCAL: Rua São Pedro - Vila Santo Antonio
Tremembé - SP.

DESCRIÇÃO DA ÁREA:

Área de terreno situado à Rua São Pedro, na Vila Santo Antonio, neste município, com a seguinte descrição planimétrica: Inicia-se na confluência da Rua São Pedro, com propriedade do INCRA e a área em questão e segue uma distância de 22,62 metros com frente para Rua São Pedro; daí deflete à direita e segue 28,60 metros confrontando com a Rua Santa Marta; daí deflete à direita e segue 21,00 metros confrontando com propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé com qual faz fundos; daí deflete à direita e segue 37,00 metros confrontando com propriedade do INCRA fechando assim o perímetro e encerrando uma área de 688,80 metros quadrados.

Tremembé, 06 de novembro de 1996.

Proprietário

Autor do Projeto

Responsável Técnico
Leomar Oliveira Dia
Engenheiro Civil

LEVANTAMENTO PLANIMÉTRICO

FOLHA ÚNICA

PERMISSÃO DE USO
ASSUNTO

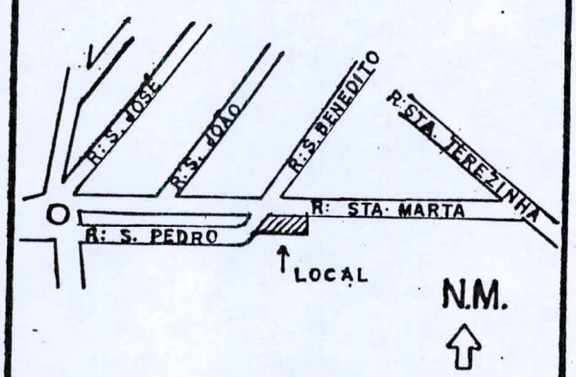
CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURISTICA DE TREMEMBÉ

CONCESSIONÁRIO: MITRA DIOCESANA

RUA SÃO PEDRO – VILA STO. ANTONIO – TREMEMBÉ-S.P.
LOCAL

ESC. INDICADA

SITUAÇÃO S/ ESC.



ÁREA M²

ÁREA 688.80 m²

DECLARO QUE A APROVAÇÃO DO PROJETO NÃO IMPLICA NO RECONHECIMENTO POR PARTE DA PREFEITURA NO DIREITO DE PROPRIEDADE DO TERRENO.

PROPRIETÁRIO

RESP. TÉCNICO
Leomar Oliveira Dias
Engenheiro Civil
CREA 85.181/D-SP

AUTOR DO PROJETO
Leomar Oliveira Dias
Engenheiro Civil
CREA 85.181/D-SP

APROVAÇÃO